

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 18 DE JUNHO DE 2013

NÚMERO 6.559

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

## PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

### PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

### PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

### PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

### PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

### DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

### PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

### PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

### PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Valmir Comin  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Aldo Schneider  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Gelson Merísio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Valmir Comin  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Gelson Merísio  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Altair Guidi  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Valmir Comin  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merísio  
Sargento Amauri Soares

**DIRETORIA LEGISLATIVA****Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

**Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:**

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora em exercício:  
Rita de Cassia Costa

**DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES****Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## EXPEDIENTE



**Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII**  
**NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS**  
**TIRAGEM: 5 EXEMPLARES**

**ÍNDICE****Publicações Diversas**

Audiência Pública .....	2
Aviso de Publicação .....	12
Aviso de Resultado .....	12
Extratos .....	12
Portarias .....	13
Redações Finais .....	14

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A NOVA REALIDADE DA COMPANHIA CELESC, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2013, ÀS 9H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

No dia 8 de maio de 2013, às 9h, reuniram-se autoridades e a sociedade em geral na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), no Auditório Antonieta de Barros, para a audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Alesc, para debater a nova realidade da companhia Celesc. Dando início ao evento, a **mestre de cerimônias, senhorita Sorala Boiabad**, registrou que a Assembleia Legislativa, nos termos do seu Regimento Interno, atendendo a solicitação da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, através do requerimento dos Deputados Dirceu Dresch, Altair Guidi, Doia Guglielmi, Narciso Parisotto e Valmir Comin e das Deputadas Ana Paula Lima e Angela Albino, realizava aquela audiência pública para debater a nova realidade da empresa Celesc. Para compor a mesa dos trabalhos, convidou o Deputado Estadual José Milton Scheffer, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Alesc; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; o presidente da Celesc, senhor Cleverson Siewert; e o representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, senhor Jair Maurino Fonseca. Logo após o registro, convidou o Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, Deputado Estadual José Milton Scheffer, para conduzir os trabalhos da audiência pública. Abrindo os trabalhos, o **senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer**, cumprimentou nominalmente os integrantes da mesa, agradeceu a presença de todos e informou que o objetivo da audiência pública era conhecer a nova realidade da companhia Celesc. A seguir, disse que queria ouvir do presidente da Celesc qual era o atual modelo energético aplicado em Santa Catarina, quais as transformações e os desafios a que esse modelo implicava, quais os investimentos e objetivos pretendidos, quais as

propostas e ações relacionadas à empresa e à sociedade. Dito isso, concedeu a palavra ao Deputado Estadual Dirceu Dresch para que, em nome dos proponentes da audiência, fizesse a exposição de informações referentes ao tema. Ato contínuo, o **Deputado Estadual Dirceu Dresch** cumprimentou todos, agradeceu ao Presidente da Comissão pela acolhida daquele grande debate e disse da alegria de contribuir com aquela discussão e de provocar aquele debate, porque entendia que a perspectiva de desenvolvimento de Santa Catarina dependia essencialmente de energia de qualidade. Isso posto, falou da importância da Celesc, que por várias vezes teve a sua existência ameaçada, e do esforço de seus trabalhadores para atender da melhor forma possível os catarinenses. Na sequência, afirmou que chegavam a todo o tempo diversas demandas relacionadas ao fornecimento de energia, provenientes de todo o Estado, e fez um breve relato dos eventos realizados pela Comissão, em várias regiões catarinenses, para ouvir aquelas demandas, citando os realizados no planalto norte, em Irineópolis, em Caçador, em Matos Costa, em Timbó Grande, no Alto Vale do Itajaí, e em Florianópolis. Acrescentou que em tais eventos também discutiram o último concurso público feito, que não estava a contento, e o excesso de horas extras, o que colocava em risco a vida dos trabalhadores. Em seguida, desejou que pudessem fazer um debate fraterno, mas firme, porque não adiantava fazer aquela audiência pública sem trazer a verdade sobre os fatos, e que dele tirassem encaminhamentos concretos, contando com o compromisso da Celesc de tornar as ações efetivas e da Alesc de cobrar e acompanhar a realização das mesmas, para trazer dignidade a todos. Encerrando, colocou-se à disposição no que se referia à construção do que definiriam naquele dia. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** registrou a justificativa de ausência do Conselheiro Salomão Ribas Junior, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e do Promotor Marcelo Wegner, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, transmitindo a todos que mesmo ausentes eles estavam comprometidos com a causa. Também registrou a presença do Vereador Salvador Luiz Gomes, do Município de São Francisco do Sul; do senhor André Luiz Bazzo, diretor de Gestão Corporativa da Celesc; do Vereador Clovis Matias, Presidente da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul; da senhora Santana Marafon, representando a Deputada Estadual Luciane Carminatti; do Vereador João Grein, do Município de Canoinhas; do

senhor Mário Valeriano Dias, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia de Florianópolis e Região (Sinergia); do senhor José Carlos Oneda, diretor Financeiro da Celesc; do senhor Jerônimo Haroldo Santana, assessor parlamentar do Presidente da Assembleia Legislativa em exercício, Deputado Estadual Romildo Titon; da senhora Patrícia Scherer, advogada da Federação de Comércio, Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) de Santa Catarina; do senhor James Giacomazzi, diretor de Distribuição da Celesc; do senhor André Rezende, diretor de Relações com Investidores da Celesc; do senhor Euzenir Becker, diretor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetra-Sul); do senhor Izaías Ulyssea Júnior, assistente da Diretoria Financeira da Celesc; do senhor Clênio José Braganholo, presidente da Associação dos Profissionais da Celesc; e do senhor Jucélio Paladini, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Casan. Na sequência, abriu as inscrições àqueles que desejavam fazer uso da palavra e, imediatamente, concedeu a palavra ao **senhor Cleverton Siewert, presidente da Celesc**, que desejou bom-dia a todos e, em nome do Governador Raimundo Colombo, do Vice-Governador Eduardo Moreira e do Presidente da Comissão, Deputado Estadual José Milton Scheffer, cumprimentou os presentes. Disse que energia elétrica era fator de competitividade, indução de desenvolvimento e insumo básico, conforme dito pelo Deputado Dirceu Dresch, para o crescimento do Estado, acrescentando que aquele tema era a nova realidade da companhia Celesc. A seguir, agradeceu a oportunidade de discutir o assunto de forma aberta, franca e transparente, o que, dessa forma, traria robustez e melhorias na Celesc para que continuasse pública e competitiva. Iniciando a apresentação em PowerPoint, citou a existência de cinco pontos importantes para discussão; o primeiro ponto tratava do desenvolvimento da evolução histórica das tarifas de energia, sobremaneira no setor de energia, uma vez que o maior negócio da Celesc era a distribuição de energia. Acrescentou que dentro desse primeiro ponto existiam dois momentos históricos; o anterior a 1995, Cost-Plus, modelo utilizado em países como os EUA, o Canadá e o Japão que não visualizava eficiência, e o posterior a 1995, Price-Cap, com a chegada da Lei Geral das Concessões, a nº 8.987/95, modelo normativo utilizado para prescrever os custos “ótimos” para certo nível de operação. Na sequência, sinalizou que a grande mudança ocorrida foi a de as empresas passarem a ter um teto para custos operacionais e passarem a ser comparadas a uma determinada empresa de referência ideal para fazer a gestão das empresas, além de o retorno do capital investido passar a ter um valor determinado ano por ano. Continuando, disse que o atual modelo do setor elétrico fora aplicado a partir de 2004, tinha como órgão regulador a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Ministério de Minas e Energia, e vinha buscando a eficiência cada vez maior no setor de distribuição de energia. Dito isso, ressaltou que chegavam naquilo que, do seu ponto de vista, era o maior desafio para a Celesc, o desafio à modicidade tarifária, ou seja, universalizar, levar energia para todos com a menor tarifa possível, o que exigia cada vez mais eficiência. Destacou que dentro do contexto acima apresentado estava inserida a Celesc, que atualmente era, no seu principal negócio, a sexta maior distribuidora de energia do País em receita e a nona maior do País em número de consumidores. No *slide* referente à linha do tempo, rememorou a história dizendo que a Celesc tinha quase sessenta anos, que Santa Catarina era pequena em tamanho e grande em produção, sendo a oitava maior economia do País, salientando que muito era devido ao trabalho dos funcionários da empresa, ao empreendedorismo dos catarinenses e à infraestrutura disponível. Acrescentou que a Celesc era uma empresa pública, da qual o governo do Estado detinha a maior parte das ações ordinárias com direito a voto, chamou a atenção de que 80% do capital da empresa era privado e 20% era público, ou seja, quem mandava era o governo porque tinha direito a voto, e chamou atenção de todos para que nunca esquecessem daquele ponto. Em seguida, lembrou que quando eram liderados pelo então presidente Antônio Gavazzoni passaram por um processo importante, pela transformação do Estatuto Social da Empresa, da qual o representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, Jair Maurino Fonseca, participara, para que pudessem adequar a Celesc no que dizia respeito à sua evolução, complementando que esse novo estatuto conduzia a um plano diretor. Retomando a questão do contexto, apresentou um gráfico que mostrava que em 1998, de uma tarifa residencial, 35,5% ficavam com a distribuição de energia, e que nos dias atuais o percentual era de 16,4%, e destacou a mudança que o órgão regulador impunha ao longo dos anos para que as distribuidoras se adequassem. Prosseguindo, falou do diagnóstico da Celesc e das ações para que continuasse forte; para tanto, disse que em qualquer Estado uma distribuidora de energia era totalmente

regulada, ou seja, a sua receita e a sua despesa estavam propostas para o ano, sendo que a receita era dividida em duas partes, a parcela a, somatório da compra e venda de energia e dos encargos, e a parcela b, os custos e investimentos. Atendo-se à parcela b, àquilo que a Celesc tinha para gerir o seu dia a dia, afirmou que em 2013 a Aneel tinha dado R\$ 1 bilhão e 57 milhões e alertou que esse montante era o mesmo de há dez anos, mesmo com 65% de inflação e 40% de crescimento no sistema. Nesse ponto, perguntou aos Deputados, se o salário dos parlamentares voltasse ao que era há dez anos, como eles procederiam, uma vez que as expectativas mudaram, afirmando que aquele era o desafio que o órgão regulador colocava para a Celesc, assim como para as demais distribuidoras de energia. Em seguida, informou que o custo previsto da Celesc para o corrente ano era de R\$ 1,2 bilhão e que nos últimos quarenta dias vinha conversando com os celesquianos falando-lhes que a diferença entre o custo estrutural proposto pelo órgão regulador e o custo da Celesc era de R\$ 150 milhões, ou seja, 150 milhões de oportunidades de tornar a Celesc mais forte, mais robusta, pública e competitiva, destacando que aquele era o principal objetivo da diretoria da empresa. Também informou que, para resolver esse ponto, tinham duas formas, quais sejam, falar com o órgão regulador para aumentar a tarifa, que não se adequava à lógica brasileira de diminuir as tarifas, e trabalhar a eficiência. Diante desse diagnóstico, para propor soluções, disse que desde 2011 estavam entendendo uma transformação interna na Celesc, juntamente com os valorosos celesquianos, processo esse no qual a empresa iria se dedicar mais ao público, teria mais clareza no atendimento, mais atendentes, e, sobretudo, mais planejamento. Dito isso, voltou ao ponto do Plano Diretor, que trabalhava metas que tinham iniciativas estratégicas em número de vinte para que a empresa pudesse chegar em 2030 de forma sustentável. Para tal processo, relatou um dos pilares, o projeto de eficiência operacional, que trabalharia novos procedimentos, reagrupamento de funções, informando que nada seria feito sem que os celesquianos e o sindicato fossem escutados. Destacando a união entre as partes em busca da melhora operacional da empresa, deixou registrado o compromisso da troca de informações corretas quanto a essa questão. Isso posto, mais uma vez, disse que o objetivo era de garantir a sustentabilidade econômica da empresa no futuro. [Taquiígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz] Voltando à questão do investimento, frisou que aquele era um tema importante porque a energia elétrica era o insumo básico do crescimento do Estado. Na imagem seguinte, informou que o Wacc (Custo Médio Ponderado de Capital) também havia sido uma definição do órgão regulador Aneel, do Ministério de Minas e Energia, que fez com que a remuneração dos investimentos sofresse, ao longo dos anos, um grande decréscimo, causando desestímulo ao investimento por parte das distribuidoras de energia, e que era um problema que todo o Brasil estava enfrentando. Ainda informou que em 2009 tiveram uma redução de 9.95% para 7.50% no segundo ciclo tarifário e que a Celesc perdera R\$ 140 milhões por conta daquele número, na parcela b, naquilo que poderiam ter para sustentar de forma mais adequada os custos da empresa, mas que era uma definição do órgão regulador. A seguir, afirmou que a eficiência era boa, mas não adiantava forçar ao máximo para não correrem risco de não prestarem um bom serviço à sociedade ou de ocorrer falta de energia. Dito isso, apontou o custo médio ponderado de capital e falou que de 2004 para 2012 as redes de média tensão haviam crescido 40%, dizendo que aquilo eram os investimentos que vinham fazendo; que as redes de baixa tensão haviam crescido 235%; que o número de clientes havia crescido 28%; e que a demanda máxima havia crescido 66%, acrescentando que aquele resultado mostrava a força, a garra e o empreendedorismo do povo. Ante o exposto, disse que ali havia muita força de trabalho e que a Celesc precisava estar presente no crescimento do Estado. Na sequência, mostrou o mapa do sistema elétrico catarinense dizendo que era um sistema muito robusto, com cerca de 160 subestações em todo o Estado catarinense, com um 1 milhão e 200 mil postes, com 150 mil transformadores de distribuição, com 16 pontos de injeção de energia de alta tensão, acrescentando que era muito menos do que tinha em São Paulo, com 100 pontos daqueles, mas que era muito mais do que tinha a maioria dos Estados da Federação, e dizendo que era uma disputa que tinham que fazer com o órgão regulador no sentido de aumentarem os pontos de conexão de alta tensão, melhorando a qualidade e a quantidade de energia. Em seguida, disse que o ponto principal que queria mostrar era sobre o segundo ciclo tarifário, que havia sido de 2008 a 2012. Informou que uma distribuidora de energia era regida por ciclos tarifários e que estavam no terceiro ciclo; que tinham uma combinação com a Aneel, que eram investimentos trazidos a valores em R\$ 1.199 bilhão; e que haviam investido R\$ 1.219 bilhão. Indo além, falou que receberam, na aprovação das

contas da revisão tarifária da Celesc na Aneel em 2012, uma menção honrosa, por parte da diretoria daquele órgão regulador, qualificando a Celesc como uma das poucas distribuidoras do Brasil que cumprira com os planos de investimentos propostos naquele ciclo tarifário. Sobre o ciclo tarifário atual, disse que a lógica havia mudado, pois que o órgão regulador não tinha mais uma combinação de valor com a distribuidora acrescentando que se a distribuidora não quisesse investir nada ela poderia assim fazer, desde que mantivesse quantidade e qualidade de energia adequada para a população. Sobre o terceiro ciclo tarifário, falou que também haviam feito a combinação, independentemente de o órgão regulador pedir para a empresa, e que haviam identificado os seus problemas, pois o sistema não era infalível, tinha dificuldades que precisavam ser suprimidas. Ato contínuo, informou que aquele era um plano de R\$ 1.075 bilhão de investimentos de 2011 até 2015, e, se somassem os números já executados, chegariam perto de R\$ 780 milhões, sendo aquilo cerca de 40% dos investimentos previstos em dois anos. Também informou que para a Celesc ter aqueles números ela se financiava no mercado; que atualmente o modelo estrutural que tinham era o de financiamento do mercado, mas que era um modelo não sustentável ao longo do tempo e que era preciso adequar para ter uma empresa sustentável futuramente. A seguir, disse quealaria sobre alguns temas que também serviriam como sugestão para a Casa Legislativa. Como primeiro tema, citou a tarifa, e sobre ela disse que no Brasil era considerada, até 24 de janeiro, quando havia caído 24%, uma das três mais caras do mundo e que um dos pontos importantes que levavam a tarifa a ser muito cara era a questão de impostos e encargos. Lembrou que nos 20% ocorridos de redução de tarifa somente 5% ou 6% foram encargos, sendo o restante ganho operacional exigido pelo órgão regulador das empresas, dizendo que 30% daqueles impostos e encargos eram do governo do Estado e 70% do governo federal. Indo além, falou que na década de 1990 tinham três encargos na tarifa e arrecadavam R\$ 2 bilhões no Brasil como um todo, e que atualmente eram quatorze encargos e arrecadavam R\$ 18 bilhões, concluindo que com aquilo dava para fazer algum trabalho. Isso posto, sugeriu tirar de impostos e encargos e voltar para a parcela b, a fim de dar mais fôlego e ter uma gestão mais adequada. O segundo tema que citou foi sobre as parcerias com o governo do Estado de Santa Catarina, falando que tinham um projeto chamado Vazios Elétricos. Lembrou que no planalto norte, principalmente em Porto União, havia grande dificuldade de energia, bem como nas regiões serrana e do extremo oeste. Dizendo ser um ponto importante, declarou que atualmente o órgão regulador não permitia que a Celesc fizesse investimentos considerados não prudentes, como a falta de carga necessária para poder cumprir aquilo. Sendo assim, aquelas regiões citadas não conseguiriam investir porque não eram reconhecidas na tarifa. Continuando, informou que levaram aquele projeto ao Governador Raimundo Colombo e ao Vice-Governador Eduardo Pinho Moreira e que eles haviam ficado muito sensíveis em relação a ele. Também informou que sabia das dificuldades dos agricultores no interior em relação às redes monofásicas e que eles precisavam de uma energia com muito mais qualidade tendo em vista o avanço tecnológico que tiveram nos últimos tempos. Prosseguindo, falou que a transformação de redes monofásicas para trifásicas seguia também a regra, fruto do órgão regulador, de que quem pedisse a mudança teria que participar da obra e que, por ordem de grandeza, seria entre 60% e 70% paga e a distribuidora pagaria o restante, criando dificuldades para o processo. Também falou que quando levaram aquele assunto ao Governador e ao Vice foi sugerido que, para que aquele problema fosse resolvido, o governo do Estado buscasse financiamento e aumentasse o capital na Celesc a fim de que a empresa pudesse cumprir com aquelas duas demandas, dando estímulo à economia catarinense, e elogiou aquela ação por parte do governo catarinense para com a Celesc. O terceiro tema a que se referiu foi sobre a automação, e a respeito dela falou que era fundamental qualquer setor de qualquer empresa ser automatizado. Dito isso, lembrou aos celesquianos presentes na audiência que a Celesc havia sido vanguardista no seu sistema de alta e média tensão. Ante o exposto, revelou que as linhas de alta tensão da Celesc eram controladas através de um centro em Florianópolis; que fizeram aquilo durante os últimos quinze anos e que haviam sido cerca de R\$ 50 milhões em investimentos; e que atualmente estavam indo para a automação da média e da baixa tensão, que eram os grandes alimentadores, colocando equipamentos nas redes, chamados de religadores. Indo além, informou que os religadores tinham duas funções, sendo uma a de identificar o problema de forma mais específica e a outra, de forma telecontrolada, através de um centro de controle, para remanejar a carga, a fim de atender a sociedade de forma mais rápida. Lembrou que ao longo de 60 anos a Celesc tinha cerca de 300

daqueles equipamentos na rede, sendo que somente 150 deles eram automatizados, e que em 2012 buscaram automatizar os outros 150 e até julho do ano corrente haveria mais 400 deles na rede, constatando que em meio ano iriam dobrar aquilo que fizeram em 60 anos e idealizando que dali a quatro anos poderiam chegar a três mil daqueles equipamentos na rede, com um investimento na ordem de R\$ 90 milhões. Prosseguindo, informou que os itens concurso público, primarização e PDV (Plano de Demissão Voluntária) seriam tratados por ele de forma única, não separando cada um deles. Também informou que em 2012 tiveram o Programa de Demissão Voluntária, através do qual celesquianos valorosos, como destacou, deixaram ou ainda iriam deixar a empresa, visto que aqueles desligamentos aconteceriam até julho do corrente ano; que aqueles funcionários deram trinta anos, quarenta anos de trabalho para construir a história da empresa, e sendo assim teriam que fazer um concurso para ajustar aquela mão de obra. Ainda, informou que não haveria a mesma quantidade de pessoas porque precisariam olhar processos e eficiências e que atualmente existia, por conta do Conselho da Administração da Celesc, um indicativo na ordem de 380 novas entradas, sendo 190 autorizadas, mas que dependeria deles terem habilidade e inteligência para argumentarem a fim de admitir mais pessoal, dizendo que a Celesc queria a primarização e que era favorável àquilo. Continuando, disse que a Universidade Federal do Estado de Santa Catarina havia mostrado que a Coelce, do Ceará, era considerada a melhor distribuidora de energia do País, mas que tinha 85% de terceirizados, e que a segunda melhor do País era a Elektro, de Campinas, com nenhuma terceirização, falando que a Elektro havia ganhado, por três anos consecutivos, como a melhor empresa do Brasil, em qualquer setor, não só a elétrica, mas também para trabalhar, concluindo que primarizar ou terceirizar era uma questão de gestão. Dito isso, afirmou que, se a empresa quisesse primarizar, a diretoria da Celesc estaria junto com os celesquianos. Na sequência, lembrou os números mostrados e alegou que havia necessidade de respeitar a lógica proposta pelo órgão regulador ou mudar o que ele colocava para a empresa, através da força da Casa Legislativa. Disse que para aquilo existia o Programa Eficiência Máxima, que trabalhava toda aquela questão. O próximo item que citou tratava do Programa Celesc Segura, e sobre aquele ponto disse que energia elétrica era um produto perigoso, que era um produto que não se enxergava e que, devido àquilo, era necessário muito cuidado. Afirmando que ainda precisavam evoluir muito no quesito segurança, mas que vinham dando grandes passos ao longo dos últimos dois anos, falou que cerca de 50% dos acidentes fatais causados por questões de energia não aconteciam por estarem diretamente ligados ao sistema elétrico de potência, mas por manutenção predial, reparos em antenas de TV, por se soltar pipa e por ligações clandestinas, e acrescentou que tinham que ajudar a sociedade a se educar em relação ao tema. Revelou que o Programa Celesc Segura tinha parceria com o Ministério Público estadual, mas que tinham que continuar trabalhando fortemente naquilo. O último item que anunciou tratava de novos negócios. Sobre o assunto, disse que uma empresa não se fazia em cima somente de cortes, mas que se fazia com novas receitas também. Ante o exposto, informou que a área de novos negócios estava sendo desenvolvida fortemente na Celesc e que a MP 579 havia trazido a mesma lógica da distribuidora, ou seja, dos ganhos de eficiência operacional para dentro da geração e transmissão, mas que ainda assim eram negócios mais rentáveis do que um negócio de distribuição de energia. Dizendo que precisavam trabalhar para buscar novas receitas, revelou que no ano anterior haviam aberto uma chamada pública para novos negócios e que tinham cerca de mil megas cadastrados dentro da Celesc, sendo analisados pela equipe que tratava sobre os novos negócios a fim de buscarem parcerias, tendo como finalidade uma geração mais robusta. Indo além, falou que atualmente a geração era pequena, com cerca de oitenta megas, tendo a Copel cinco mil megas e a Cemig muito mais, fazendo com aquelas empresas tivessem condições financeiras de fazer algum reajuste financeiro dentro da sua *holding*. Continuando, disse que atualmente a distribuição da Celesc era muito melhor do que a distribuição das outras companhias, mas que deveriam ter inteligência para entender as mudanças do mercado e as mudanças sugeridas pelo órgão regulador, adequando-se àquele processo. Falou que a diretoria da Celesc, o Governador e o Vice-Governador de Santa Catarina estavam trabalhando para que aquela empresa fosse financeiramente forte, adequada na prestação dos seus serviços, transparente nas suas ações de decisões, e afirmou ter certeza absoluta de que trabalhando daquela maneira iriam fazer com que a Celesc fosse cada vez mais forte e robusta, e que continuasse pública, ajudando no dinamismo da sua economia e na competitividade dos seus negócios. Por fim, dizendo que estava aberto à discussão, agradeceu pela atenção de

todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente**, convidou para fazer da mesa a Deputada Estadual Angela Albino e registrou a presença do senhor Odair Rogério da Silva, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em Santa Catarina; do senhor Leandro Nunes da Silva, diretor do Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina; do senhor Wellington Roberto Bielecki, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra; do senhor José Antônio Latrônico Filho, presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas de Santa Catarina; e da senhora Janice Bittencourt, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais de 1º e 2º Graus, Associações e Profissionais Sindicais de Florianópolis e Região Sul. Ato contínuo, passou a palavra para o **Deputado Estadual Amauri Soares**, que cumprimentou todos e disse que era uma grande alegria a presença dos agricultores que participariam da Marcha Catarinense na Capital de Santa Catarina, pois estavam lutando pelos seus direitos. A seguir, falou que era um defensor permanente do fortalecimento dos serviços públicos em geral, bem como da Celesc pública para que ela pudesse garantir o bom serviço que a sociedade precisava, garantindo também a dignidade dos seus trabalhadores. Também falou que dos trabalhadores celesquianos que conhecia nenhum deles era malandro, que trabalhavam muito e até mais do que deveriam; que o senhor Jair tinha-lhe informado que o concurso público havia sido realizado novamente para que garantisse efetivamente a contratação dos servidores; e que via, na Celesc, concursados roçando o picado para limpar a rede e ao mesmo tempo via terceirizados fazendo serviços típicos de eletricitários, acrescentando que aquele tipo de coisa vinha crescendo. Indo além, informou que havia contratos de grandes valores para a realização de serviços que 50 funcionários celesquianos fariam com a maior garantia e qualidade e a um valor menor para a população, momento em que foi aplaudido pela plenária. Também informou que estavam dizendo que um determinado diretor regional, que inclusive havia feito campanha para a atual aliança do governo, deveria ser condenado, preso e devolver o que desviara da Celesc, inclusive com interesse político eleitoral. Dito isso, falou que não acompanhava os muitos processos que aquele diretor estava respondendo e ironizou dizendo que ele ganhara, como castigo do governo, um cargo na atual administração. A seguir, disse que ficava ouvindo os acionistas quererem diminuir cada vez mais os direitos dos trabalhadores e aumentar a terceirização, sucateando o trabalho para a população, sendo que nas estruturas de gestão não via o mesmo tratamento. Afirmando que não estava desacreditando no caráter de todos os dirigentes, mas que via aqueles fatos acontecerem ao longo da recente história da Celesc, solicitou ao presidente daquela empresa que comentasse, se pudesse, aqueles fatos e as sindicâncias internas, a fim de que pudessem apurar aquele tipo de postura por parte de pessoas com cargos de mando dentro da Celesc. [Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz] Falou que se ele, eventualmente, tivesse elementos para informar a respeito daquilo, deixaria todos mais tranquilos com relação ao futuro da empresa. Encerrando, parabenizou os celesquianos e os demais trabalhadores presentes pelo evento e despediu-se de todos, tendo sido aplaudido. Ato contínuo, a palavra foi passada para a **Deputada Estadual Angela Albino, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa**, que saudou os participantes da audiência e afirmou ter a convicção de que o caráter plural das representações sindicais ali presentes demonstrava o quanto o povo catarinense se importava com a Celesc. Falou que se a Celesc existia era devido à mobilização popular, justificando que por mais de uma vez as forças políticas que continuavam no comando do governo do Estado buscaram desconstruir a Celesc, trazendo-a para uma situação em que perdesse o seu caráter estratégico. Disse que a Celesc precisava continuar pública, sob o controle do povo catarinense, apesar de muitas vezes as ações dos governantes de plantão apontarem para um caminho diferente. Ressaltou que a própria regulamentação do setor priorizava algumas regiões em detrimento de outras, onde os investimentos inclusive eram desencorajados. A seguir, trouxe à pauta o caráter estratégico da gestão de energia no País, bem como o gargalo energético que se tendia a viver com o desenvolvimento econômico do Brasil. Frisou que tal desenvolvimento não podia conviver com uma regulamentação do setor que apontava para a desestimulação dos investimentos nas áreas que mais precisavam, nas áreas onde o desenvolvimento era mais acanhado exatamente por ser sufocado pelos gargalos de infraestrutura, e disse que aquilo precisava ser superado. Continuando, falou que, apesar de a apresentação daquela audiência ter sido eminentemente técnica, havia a necessidade de se discutir a Celesc também de forma política, acrescentando que as terceirizações eram uma forma de burlar o concurso público e de favorecer apadrinhamentos, momento em

que aplaudida por todos. Informou que, recentemente, a Celesc e a sua gestão foram responsabilizadas por um desvio milionário de R\$ 56 milhões, acrescentando que o povo catarinense precisava saber mais a respeito daquilo. Disse que se a Celesc ia se debruçar numa gestão mais técnica, precisava também enfrentar aqueles fantasmas e esqueletos que estavam no armário, encarando as forças políticas que durante muito tempo estiveram à frente da Celesc. Dito isso, comprometeu-se a defender uma Celesc pública e de qualidade, que atendesse os interesses estratégicos de Santa Catarina e que pudesse ser uma ferramenta de desenvolvimento econômico do Estado. Finalizando, colocou o seu mandato à disposição de todos e despediu-se, sendo aplaudido. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** convidou para fazer parte da mesa a Deputada Estadual Ana Paula Lima, que acabara de chegar, e passou a palavra para o **senhor Jair Maurino Fonseca, representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc**, que, após os cumprimentos, informou que muitas pessoas tiveram dificuldade de chegar àquela audiência devido a problemas no trânsito e pediu desculpas a elas por terem começado o evento sem que todos estivessem ali. Agradeceu ao Deputado José Milton Scheffer por ter acatado o requerimento defendido pelo Deputado Dirceu Dresch no sentido de aprovar aquela audiência solicitada pelos empregados da Celesc para discutirem a situação da empresa. Agradeceu, igualmente, ao senhor Cleverson Siewert, presidente da Celesc, pela sua participação e de toda a sua equipe, fato que dava a devida importância ao debate, bem como aos demais Deputados que compunham a mesa e a toda a comunidade. Prosseguindo, lembrou ser aquela uma audiência provocada pela vontade e necessidade dos trabalhadores da Celesc, e não simplesmente uma situação colocada pela organização dos sindicatos. Disse que a realização daquele debate vinha, ao longo do tempo, tornando-se inevitável, acrescentando que no último dia 6 de março os empregados da Celesc haviam feito uma paralisação em Santa Catarina para denunciar à sociedade o estado em que a Celesc se encontrava. Comentou que daquelas paralisações houve desdobramentos, sendo um deles a oportunidade de buscar o debate sobre a Celesc junto às Câmaras de Vereadores e à Assembleia Legislativa. Indo além, informou que o objetivo de tudo aquilo era colocar claramente para a sociedade as condições em que os empregados da Celesc trabalhavam, atualmente, para atender a população. Disse que os empregados estavam sofrendo em vários Municípios do Estado e que vinham sendo hostilizados por não conseguirem atender a sociedade da forma como ela merecia, acrescentando que as condições de trabalho oferecidas pela Celesc levavam a população a voltar-se contra os empregados da empresa de forma injusta, pois aquelas condições eram impostas pelo próprio sistema. A seguir, falou que Santa Catarina era um Estado que crescia acima da média em relação aos outros Estados da Federação e que precisava de investimentos cada vez maiores para o seu crescimento socioeconômico. Lembrou que, desde o governo Luiz Henrique, a Celesc vinha passando por um processo sistemático de privatização, acrescentando não se tratar de um processo direto, como o que havia ocorrido na década de 1990, mas de um processo no qual o Estado havia perdido a sua condição de majoritário. Frisou que aquilo era verdade e que o Estado detinha, realmente, apenas 20% das ações da Celesc, mas que aquela era uma condição colocada na lei e que os acionistas que haviam comprado as ações sabiam que a empresa estava naquelas condições. Falou que, no Conselho de Administração da Celesc, era sistematicamente comentado pelos acionistas minoritários que eles não eram minoritários, mas majoritários porque tinham o maior número de ações. Disse que sempre que faziam outros movimentos na Celesc eram barrados dentro do Conselho de Administração, considerando-o um entrave em determinadas decisões que precisavam ser tomadas e afirmando que o governo do Estado precisava enfrentá-lo, não podendo ser obediente. Continuando, opinou que respeito era uma condição e que obediência era outra, frisando que o governo era majoritário, que realmente havia decisões em que o Conselho precisava ter o voto qualificado, mas que em muitas outras, como a da contratação de mão de obra, não havia aquela necessidade. Falou que o governo precisava encarar a situação, observando que a diretoria ficava o tempo inteiro fazendo projeções de melhoria das condições do quadro de funcionários, mas que o Conselho de Administração impedia aquilo. Lembrou que quando o governo assumiu, em janeiro de 2011, atendeu os acionistas da Celesc em uma reunião específica e que desde então vinha cumprindo as condições do que havia sido acordado, mas que com relação aos empregados era diferente, pois eles também haviam pedido uma reunião quando o governo assumiu, mas não tinham obtido qualquer resposta para que pudessem colocar a sua versão e a sua visão sobre as condições de atendimento à sociedade e sobre a estruturação da

Celesc. Na sequência, informou que quando se fez um plano de demissão incentivada, em 2010, ele não deu certo exatamente por exigência dos chamados acionistas minoritários; acrescentou que a discussão foi retomada no governo de 2011 e que não foi permitido que se fizesse, afirmando que a condição exigida para que houvesse o PDV era a realização de concurso público; e disse que conseguiram a aprovação em 2012 e que o concurso público só havia saído em virtude de terem feito um movimento numa reunião do Conselho de Administração para exigí-lo. Falou que o concurso saiu, ainda que com atraso, mas que havia batido na trave porque fizeram uma prova tão difícil tecnicamente que poucos empregados passaram, explicando que dos 8 mil empregados que prestaram a prova somente 69 acessaram a empresa. Também falou que, em virtude daquilo, a Celesc precisou refazer o concurso, cuja prova havia sido realizada no último domingo, e que ele ficara sabendo que, daquela última vez, havia um grupo aprovado capaz de recompor o quadro da empresa. Contou, entretanto, haver um impeditivo para que a diretoria pudesse chamar os candidatos aprovados e que tal impeditivo estaria em uma decisão do Conselho, que passara a agir como se executivo fosse. Disse que ao Conselho incumbia tomar as decisões macro da Celesc, mas que as decisões administrativas e de gestão da empresa cabiam à diretoria executiva, e avaliou como absurdo o fato de que, atualmente, para se empregar uma pessoa era necessário passar a decisão pelo Conselho de Administração. Dirigindo-se aos Deputados, informou que o plano de demissão colocado pelo presidente da Celesc tirava da empresa 756 empregados e que somente 190 empregados estavam com promessa de entrada na Celesc, sendo que, daqueles, 130 eram da área operacional, ou seja, os eletricitistas, acrescentando que o quadro discutido com a empresa previa a entrada de 260 empregados ao todo, mas que os 130 empregados restantes só poderiam ser admitidos depois que o Plano de Eficiência Operacional apresentado na audiência tornasse aquilo possível. Desabafou com todos que não podiam se submeter àquele tipo de situação, reiterando que a diretoria não podia aceitar o Conselho de Administração na gestão de pessoal. Prosseguindo, lembrou ter sido dito na audiência que a Coelce, do Ceará, era uma das primeiras companhias de energia elétrica do Brasil na opinião dos consumidores, mas que a Celesc também já havia sido a primeira em 1999, em 2000, em 2006, em 2007 e em 2008, sendo que, atualmente, ela sequer aparecia nas pesquisas. Dito isso, perguntou onde estava a marca Celesc e onde estava aquela empresa que já havia sido a melhor do Brasil em diversas oportunidades. Falou que a sua responsabilidade como representante dos empregados era chamar a atenção dos Deputados, do Governador e dos Senadores de Santa Catarina para que, junto ao governo federal, reivindicassem a favor da sobrevivência da Celesc. Também falou que, atualmente, não havia mais aquela tentativa de privatização direta da empresa, mas que se havia optado por precarizar a Celesc, deixando-a sem condições de atendimento à população e fazendo com que a sociedade se reportasse aos empregados, contando haver empregados da Celesc que precisavam tirar o seu uniforme para poder almoçar e que aquilo era inaceitável, e foi aplaudido por todos. Falou, ainda, que no planalto norte catarinense havia uma cidade que não deixava os empregados da Celesc irem almoçar e, indignado, disse que aquilo era impossível de se aceitar, e foi novamente aplaudido pela plenária. Em seguida, pediu ajuda dos Deputados para que, juntos, solucionassem o problema da Celesc, solicitando igualmente a presença do Governador do Estado naquela discussão. Disse que a Medida Provisória nº 579, atualmente Lei nº 12.783, era o novo marco regulatório do País e que ela levava a discussão para a diminuição da tarifa elétrica, mas que também levava aos empregados do setor elétrico a responsabilidade. Citando o exemplo da Eletrobras, falou que possuía 27 mil empregados ligados ao setor elétrico, dos quais 30% seriam demitidos. Avaliou ser uma contradição de um governo popular colocar uma medida provisória, transformá-la em lei e não dar aos empregados oportunidade de discutir as condições de trabalho dentro da mesma lei, explicando que os artigos que colocavam a segurança e a saúde do trabalhador dentro daquela legislação tinham sido vetados pela Presidenta Dilma. Reiterou que aquilo era uma contradição, que era inadmissível que um governo popular colocasse na legislação a diminuição da tarifa por conta de uma medida que havia se tornado populista, acrescentando que haviam lutado, sim, para que a tarifa fosse a menor possível, mas não à custa dos trabalhadores do setor elétrico, que estavam morrendo em função da sua profissão, sendo aplaudido por todos. Conclamou à Casa e ao governo do Estado que saíssem em busca de alternativas junto ao governo federal, aos órgãos reguladores e ao Ministério de Minas e Energia para que a diferença de R\$ 160 milhões anteriormente comentada fosse realmente compensada. Prosseguindo, contou ter 39 anos de trabalho prestado à Celesc,

sendo provavelmente um dos empregados mais antigos daquela empresa, mas disse que não podia sair de lá e deixar a sociedade à mercê de um atendimento precarizado, principalmente, pela mão de obra. Comentou não ser contra as pessoas que trabalhavam em empresas terceirizadas, mas falou que a elas não eram dadas as condições normais de trabalho, de saúde e de segurança. Em seguida, disse que na Celesc foi um caos para fazerem a reforma estatutária, mas que a fizeram e colocaram nela alguns desejos dos acionistas minoritários, dentre eles o Plano Diretor da empresa. afirmou, entretanto, que o que estava apontado dentro daquele planejamento era a centralização das atividades em Florianópolis, acrescentando que todo o Estado de Santa Catarina seria comandado a partir da Ilha e que a Celesc ficaria com empresas e equipes terceirizadas. Reiterou já existirem quatorze equipes multidisciplinares constituídas por empregados da Celesc e que elas apontavam exatamente para a centralização das atividades, mas que eles não concordariam com aquilo. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] Ressaltou que a Norma Reguladora nº 414 definia que todos os Municípios tinham que dar atendimento, mas que atualmente passavam vergonha por terem um escritório da Celesc no Município e o atendimento à população ser feito em lugar não apropriado, afirmando que não se podia macular a imagem da Celesc, mas que os seus empregados continuavam sendo cobrados pela sociedade, que dizia que eles não queriam mais trabalhar, o que não era verdade, já que o que tinha acontecido era a retirada de algumas funções dos funcionários que foram colocadas nas mãos de terceirizados. Continuando, falou que mais uma vez estavam ali para dizer aos Deputados e ao governo do Estado que precisavam de soluções, e dirigindo-se especificamente ao presidente da Celesc, senhor Cleverson Siewert, questionou como e quando enfrentariam o Conselho de Administração para que a diretoria fizesse a gestão da empresa como ela e o Estado mereciam, e informou que no dia seguinte participariam de uma reunião do Conselho em função da mudança de três conselheiros. Encerrou a sua manifestação parabenizando as pessoas que haviam saído de São Miguel do Oeste no dia anterior e que mesmo passando por algumas dificuldades ali se encontravam lotando aquela Casa, o que significava a responsabilidade dos empregados da Celesc com aquela empresa e com a sociedade catarinense, e agradeceu a atenção de todos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** convidou para fazer parte da mesa o Deputado Estadual Moacir Sopelsa, disse que naquela reunião teriam a oportunidade de discutir o tema central da audiência, ouvindo aqueles que ali estavam, e solicitou a todos que as perguntas fossem colocadas num período de até três minutos, focadas no tema, para que ao final dos encaminhamentos aquela audiência pudesse ter efeito prático para todos, fazendo com que a própria Comissão pudesse trabalhar em cima dos termos daquela audiência pública. Ato contínuo, passou a palavra à **Deputada Estadual Ana Paula Lima**, que cumprimentou todos os presentes e disse que todo funcionário da Celesc era um apaixonado pela empresa e que tinha orgulho de pertencer a ela, acrescentando que também era um orgulho para todo catarinense. afirmou que o assunto da audiência era a falta de conversa com o governo, o desrespeito do Governador Colombo com muita coisa no Estado de Santa Catarina, e lembrou que a Marcha dos Catarinenses estava acontecendo em Florianópolis para mostrar a todos o quanto o povo era destruído na questão da segurança, da saúde, da educação, bem como na da Celesc, pelo que podia perceber naquela tarde. Dirigindo-se ao senhor Jair Fonseca, falou que para uma empresa ter eficiência primeiramente tinha que se respeitar as pessoas e dar condições de vida a elas, sendo muito aplaudida naquele momento, e afirmou que a Celesc era uma empresa eficiente porque os seus funcionários faziam milagre para atender a população. A seguir, informou que as denúncias que vinham recebendo em vários locais do Estado de Santa Catarina, por onde todos os Parlamentares andavam, se referiam à queda de energia elétrica, ao fechamento dos escritórios regionais, à terceirização dos serviços, e acrescentou que não era nada contra o trabalho, mas contra a contratação de pessoas não habilitadas para exercer aquele serviço de extrema importância para o Estado catarinense, reafirmando que eficiência numa empresa começava pelo respeito às pessoas. Indo além, afirmou que aquela audiência pública estava acontecendo para dizer não àquele desgoverno que tinha no Estado de Santa Catarina e disse que aquele era o momento certo para que os Parlamentares ouvissem o que a sociedade catarinense e os funcionários da Celesc tinham a dizer, assim como tinham que aproveitar a presença do presidente da Celesc, o senhor Cleverson Siewert, para que ele levasse ao Governador, que se fazia de mudo, de surdo e de cego diante de tantos problemas existentes no Estado, aquela questão. Encerrou agradecendo a oportunidade de se manifestar. Retomando a palavra, o **senhor Presidente**

registrou a presença da Vereadora Valquíria Schwarz e do Vereador Nelson Felippi, ambos do Município de Santa Terezinha, e informou que a partir daquele momento ouviriam as pessoas inscritas. Também informou que teria de se ausentar por alguns minutos da audiência, mas que o Deputado Estadual Dirceu Dresch faria a condução dos trabalhos. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch, passou a palavra ao primeiro inscrito, **Vereador Salvador Luiz Gomes, do Município de São Francisco do Sul**, que cumprimentou os presentes e disse que colocaria alguns dados graves do Município de São Francisco do Sul. Registrou que como Vereador daquele Município havia aprovado uma moção na Câmara Municipal, no último dia 2 de maio, em favor da Celesc pública e de uma nova Celesc. Agradeceu a presença, naquela audiência, do Vereador Clóvis Matias de Souza, Presidente da Câmara de Vereadores da sua cidade, e, em seguida, afirmou que estava ali porque era necessário defender os funcionários e os usuários de energia elétrica, os consumidores. Informou que no ano 2000 a cidade tinha 32 mil habitantes e 30 funcionários, sendo que na alta temporada chegava a em torno de 80 mil pessoas, e que nos dias atuais estavam com aproximadamente 48 mil habitantes, chegando a em torno de 250 mil turistas na alta temporada, com um total de 19 funcionários, afirmando que estavam em retrocesso, em decadência. Também informou que tinham dez eletricitistas e nove funcionários executivos, representando quase mais cacique para mandar do que funcionário para trabalhar, momento em que foi aplaudido pela plenária. Continuando, lamentou aquela cidade balneária ter quedas constantes de energia, mas falou que estava atualmente sendo modernizada para receber o triplo de público a partir de dezembro, com pavimentação asfáltica do seu acesso, e que morava na Praia do Ervino, que não recebia nenhuma infraestrutura para enfrentar a situação da energia, sofrendo apagões constantes, razão pela qual não tinham como cobrar do funcionário, sendo que eram somente dez eletricitistas para atender aquela grande demanda. Finalizando, lamentou aqueles fatos ocorridos no Município de São Francisco do Sul e pediu à Assembleia Legislativa que se preocupasse em defender os trabalhadores, bem como os usuários catarinenses, a exemplo da Casa Legislativa municipal, esquecendo um pouco dos cabides de emprego. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Henry Machado Claudino, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica (Sintresc), de Tubarão**, que cumprimentou os membros da mesa e os demais presentes e disse que estavam novamente naquela Casa para falar sobre a Celesc. Afirmou que como representante dos trabalhadores do sul, assim como a maioria dos sindicalistas ali presentes, o que mais tinha feito nos últimos meses foi homologar a rescisão de contrato de trabalho das setecentas pessoas que estavam saindo no PDV, mas esperava que após a saída daquelas pessoas outras mais novas as substituíssem, o que não estava acontecendo, e acrescentou que, surpreendentemente, menos de 2% das pessoas haviam passado no concurso feito pela Fepese para a Celesc, só que atualmente a diretoria estava impedida de repor os seus quadros, restando apenas uma única forma, que era o contrato com as empresas terceirizadas. Indo além, lembrou que há alguns dias havia feito a rescisão de dois empregados da sua agência, a do senhor Sérgio Nazário, conhecido como Serjão, da linha viva, cuja rescisão representava o fechamento de uma das últimas equipes de linha viva de distribuição da Celesc, e que no mês anterior havia feito a rescisão do contrato da senhora Conceição, chefe da loja de atendimento de Tubarão, considerada muito exigente porque tomava para si o problema do cliente e exigia do técnico e do eletricitista a resolução da questão. Informou que a senhora Conceição havia saído e não entraria ninguém no seu lugar porque o Conselho de Administração havia proibido a admissão de qualquer empregado na área administrativa da Celesc, mas, ironizando, falou que não era para ninguém se preocupar, pois teriam a agência WEB para atender, teriam o totem, e que, em relação àquela tecnologia citada, ficava imaginando como reagiria a sua mãe, de 78 anos de idade, se soubesse que agora não tinha mais a loja da Celesc, mas uma agência WEB, afirmando que ela perguntaria onde ficava. Dirigindo-se ao presidente da Celesc, disse que não o estava criticando, porque avaliava que a agência WEB era necessária, já que as pessoas que podiam acessavam a Celesc do seu celular, mas era preciso que as Conceições também existissem para atender a população que não tinha aquele tipo de acesso, recebendo palmas efusivas da plateia. A seguir, falou que não iria se alongar, mas que era preciso dizer que naquela Casa, também com aquele auditório lotado, tinha sido mudada a lei para não permitir que mexessem no estatuto da Celesc, tirando da população e do governo o poder de mando sobre aquela empresa, assim como também se aprovou a proibição de venda da Celesc sem que fosse aprovada pela Assembleia Legislativa e por consulta popular. Reafirmou que os empregados da Celesc estavam sobrecarregados

de trabalho, sendo que eletricitistas estavam fazendo 120 horas extras, em média, por mês, o que significava trabalhar na rede 16 horas por dia, justificando o cartaz colocado naquele auditório que dizia que pessoas estavam morrendo, e finalizou a sua manifestação pedindo a recomposição do quadro de empregados da Celesc e o fim da terceirização silenciosa e criminoso, pois significava a nova fórmula de privatizar a Celesc, sendo ovacionado. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch, concedeu a palavra ao próximo inscrito, o **senhor Leandro Nunes da Silva, diretor do Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina**, que cumprimentou os presentes e disse que vinham aprofundando aquela discussão com a diretoria da empresa havia um longo tempo, ou seja, não era somente nos dias atuais que discutiam a forma de fazer a gestão na Celesc, considerando que iam até um pouco na contramão do que o movimento sindical e o movimento social costumavam pregar, pois era muito mais cômodo ficarem criticando, apontando o que estava errado e não sendo propositivos, mas que como celesquianos, eletricitários de Santa Catarina, sempre agiram tendo proposição. Prosseguindo, afirmou que participavam de inúmeros grupos de trabalho na Celesc, sendo cobrados por alguns eletricitários e celesquianos que ali se encontravam, pois achavam que eles não deveriam auxiliar a administração, mas participar de movimentos grevistas, da feitura de críticas à administração, e falou que muito pelo contrário, por amor à Celesc, por defender um serviço público de qualidade e com o intuito de apontar os caminhos, os celesquianos se colocavam na discussão. Indo além, fez questão de chamar a atenção para o fato de que haviam passado um longo período participando de um grupo de trabalho, do qual faziam parte sindicato e técnicos da mais alta competência da Celesc, porque não acreditava que a Celesc colocasse no grupo de trabalho empregados para debater o futuro da empresa que não tivessem condição técnica, cuja discussão se referia aos quantitativos necessários e adequados para a contratação de eletricitistas, técnicos e engenheiros, sendo que atualmente estavam também fazendo a discussão de atendentes, e a conclusão a que haviam chegado era de que necessitariam urgentemente da contratação de 260 eletricitistas. Em seguida, disse que o senhor Cesconeto, atual diretor Comercial eleito, presente à audiência, participava daquele grupo de trabalho e em inúmeras oportunidades havia recebido o sindicato e pedido que esta entidade defendesse o resultado daquele trabalho, e que, como atualmente ele estava na diretoria, também tinha a responsabilidade e a prerrogativa de defender a conclusão a que tinham chegado, razão pela qual estavam naquele momento fazendo aquela cobrança. Também disse que possuíam um estudo técnico de viabilidade econômica que mostrava que a contratação dos 260 eletricitistas diminuiria o custo com pessoal, já que era muito alto o gasto com as horas extras médias dos empregados com muito tempo de empresa, e exemplificou falando que o valor gasto com horas extras de um empregado com média de vinte anos de empresa pagava três eletricitistas novos. Apesar daquela constatação, afirmou que o Conselho de Administração dizia que tinha que ser apenas um percentual e que aqueles empregados que atualmente faziam 100 horas extras teriam que fazer 150, razão pela qual estavam discutindo não mais condições de trabalho, não mais acordo coletivo, mas discutindo a morte de trabalhador, já que uma pessoa que trabalhava 160 horas e tinha que fazer mais 160 horas extras não vivia, sobrevivia, sendo muito aplaudido pela plateia. Dirigindo-se ao senhor Cleverson Siewert, presidente da Celesc, fez um apelo no sentido de que as coisas acontecessem da forma como ele tinha apresentado, pois o diagnóstico estava perfeito, existiam problemas na regulação, existiam dificuldades com relação aos que detinham parte da Celesc, que eram os acionistas minoritários, mas ressaltou que era necessário haver um discurso coerente, fazendo a contratação e internalizando as atividades, a começar pela própria diretoria, e avaliou não serem necessárias nove diretorias e 150 cargos comissionados na administração central. Encerrou a sua manifestação afirmando que o sindicato e os trabalhadores eram parceiros, mas que era necessário dar o exemplo, sendo muito aplaudido pela plenária. Na sequência, manifestou-se o **senhor Mário Jorge Maia, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia de Florianópolis e Região (Sinergia)**, que saudou os membros da mesa, os celesquianos, as pessoas ligadas ao MST e à agricultura familiar, afirmando que elas também dependiam da energia, mas sempre a defendiam como um bem público e a Celesc como uma empresa pública. Em seguida, afirmou que não se podia comparar a Celesc com a Coelce, que talvez no lucro pudesse ganhar, pois aquela era a visão atual de todas as empresas, inclusive as públicas, mas que a Celesc estava mudando a sua visão. Reafirmando a sua posição, disse que não dava para comparar Santa Catarina com o Ceará, pois o Estado catarinense era o mais energizado do País, mas que a Coelce

ganhava no lucro porque tinha seis mil terceirizados e um mínimo de trabalhador próprio, sendo que muitos estavam morrendo, cuja informação não era colocada no balanço. Prosseguindo, informou que estavam trazendo para Santa Catarina o modelo da Cemig, e por isso a diretoria tinha responsabilidade, e que vários funcionários iam lá aprender como se fazia, pensando até numa "Celesc S", porque lá a Cemig havia construído a Cemig Serviços, que os trabalhadores chamavam de senzala, porque matava, explorava, precarizava e pagava mal, sendo ovacionado por todos, e afirmou que a sociedade catarinense não iria aceitar aquilo. Relembrou que através de luta haviam conseguido fazer com que a Celesc se mantivesse pública no País e que de 1990 até 2008 eram considerados os melhores do País no atendimento à população, tendo sido considerados por três vezes os melhores da América Latina, razão pela qual não entendiam o que havia acontecido com a Celesc de 2008 até os dias atuais, já que estavam trabalhando em dobro e adoecendo, razão pela qual tiveram que contratar psicólogo e ir para o ambiente de trabalho conversar com as pessoas por causa daquela sobrecarga de trabalho. Assim sendo, disse que não era somente a rede, somente a energia que estava matando os trabalhadores, pois os funcionários que haviam sobrado nas poucas lojas estavam morrendo, estavam matando os funcionários dentro do escritório. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] Informou que Florianópolis contava com uma loja de atendimento e que no mês anterior duas lojas haviam sido fechadas por falta de atendente, porque as pessoas estavam saindo e a empresa não estava realocando os funcionários, e reclamou de contratarem estagiários para fazer o atendimento à sociedade. Também informou que aquela audiência seria um início e que o discurso da base era o de reagirem defendendo a dignidade como trabalhadores eletricitários e era o da responsabilidade deles em atender à sociedade. Por fim, informou, ainda, que havia virado um *call center* da Celesc, que das 17h às 7h recebia mensagens de solicitações que ainda estavam sem luz e que seria aquela a mensagem que a sociedade estava dando para eles, momento em que foi aplaudido pela plenária. Ato contínuo, o senhor Presidente concedeu a palavra ao **senhor Amilcar Colombo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia do Planalto Serrano**, que iniciou dizendo que não tinha nenhum grau de parentesco [com o Governador do Estado], momento em que houve risos da plenária, e que não combinava muito com aquela política. A seguir, referiu-se a um comentário de Chico Buarque quando ele dizia, nos anos de 1960 ou 1970, que a Pátria estava enrolada em algumas negociações e permanecia dormindo. Diante do exposto, falou que sentia uma grande alegria naquele momento porque via que o celesquiano e a sociedade catarinense não estavam dormindo. Reportou-se ao senhor Jair falando que ele havia expressado a vontade e a preocupação deles quando disse que a Celesc deixou de ser do governo, que o governo havia cooptado com os sócios minoritários e que eles tinham extrema dificuldade de fazer qualquer coisa no âmbito do Conselho. Também disse que a população catarinense precisava de eficiência com pressuposto de qualidade na prestação de serviço e que isto era o que a Celesc não tinha mais, devido à falta de pessoas. Avistando o senhor Miguel, de Anita Garibaldi, informou que naquela região havia pequenos produtores, ordenhadores, que eram quase doze mil consumidores para serem atendidos por três eletricitistas e que ficavam até cinco dias sem energia elétrica, e, indignado, falou que não era possível aquilo continuar. Em seguida, perguntou ao presidente da Celesc como poderia acreditar no projeto Celesc 2030, com mais de dez itens falando em terceirização, e se iria diminuir o custo ou iria melhorar a qualidade de trabalho. Comunicando saber que cada trabalhador celesquiano tinha, no mínimo, de 12 anos a 20 anos de empresa e um relevante conhecimento técnico que não se conseguia na praça, e saber qual era a forma de trabalho das empresas que se infiltravam pela terceirização, solicitou que fosse dito ao governo que existia um valor de quase 130 milhões, das taxas de domínio, que não foi devolvido aos cofres da Celesc, momento em que foi aplaudido pela plenária. Finalizando, disse que queria discutir, mas não queriam um sistema capitalista fechado que tirasse o direito deles de ser público e o direito de atender a sociedade catarinense. Dando continuidade ao evento, foi concedida a palavra ao **senhor Felipe Braga, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia do Vale do Itajaí**, que, após cumprimentar todos os presentes, disse que o seu principal objetivo era fazer um pedido e, em seguida, um questionamento. Dito isso, pediu ao presidente da Celesc que parasse de falar em desafio como se fosse algo novo na empresa e falou que o celesquiano tinha mais de 50 anos de história e com desafios a cada ano, havendo, naquele momento, aplausos da plenária. Prosseguindo, pediu que parassem de falar em eficiência somente do lado dos funcionários,

porque a empresa foi ineficiente no que se referia ao concurso público. Indo além, disse que o PDV tiraria mais de 700 pessoas da empresa e que não tinham lançado um edital de concurso público, tendo um quadro positivo a ser contratado pela empresa, e falou que sabia que iriam ter falta de mão de obra e que aquilo sim seria irresponsabilidade e ineficiência. Questionou quem seria contratado, terceirizado ou próprio, e como seria a estrutura de atendimento adequada à população. Ao final, disse que estavam ali para terem respostas objetivas, havendo, naquele momento, aplausos da plenária. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra ao **senhor Darci Tiburski, do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, de Santa Terezinha**, que saudou a todos, em nome da agricultura familiar, e falou que estavam participando da quarta Marcha Catarinense, sendo que parte deles estavam naquela audiência para compactuar com os funcionários da Celesc. Desse modo, disse que enquanto agricultores e produtores, trabalhando de sol a sol, podiam sentir na pele a perda da produção do leite e do fumo quando ficavam entre cinco horas e seis horas sem energia, falando que na hora de curar uma estofada de fumo perdiam de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil pela falta de energia elétrica, algo que vinha acontecendo desde o final dos anos 1990 até os dias atuais. Quanto às estradas daquele Município, em torno de mil e setecentos quilômetros, informou que eram cortadas por rede de energia elétrica, tendo duas pessoas da equipe trabalhando lá. Prosseguindo, disse que tinham fechado o escritório de atendimento, mas que recentemente abriram outro e o atendimento estava sendo feito por terceirizados, por meio período, e que em outros Municípios vizinhos tinham fechado os escritórios de atendimento, não tinham nem terceirizados para atendê-los. Dizendo que ficou assustado com a situação da Celesc e que estava com certo medo de voltar ao lampião, naquele momento houve aplausos e risos da plenária. Em seguida, falou que promoveram uma audiência pública no Município de Rio do Campo, com a participação do Deputado Dirceu, para tratar do problema da falta de energia elétrica. Finalizando, disse que queriam um serviço com qualidade, com condição de trabalho, algo que achava que os funcionários da Celesc não tinham, e perguntou quando, como e quem iria proporcionar uma melhoria no setor e no fornecimento de energia elétrica. Ato contínuo, foi concedida a palavra ao **senhor Daniel Passos, economista do Dieese, de Florianópolis**, que, após os cumprimentos, disse que o principal objetivo da audiência pública seria as pessoas expressarem o que estava acontecendo de fato nas localidades e que os depoimentos falavam muito mais do qualquer indicador colocado no quadro. A seguir, falou que há algum tempo a Celesc, que até então era considerada uma das empresas mais eficientes, no indicador principal, que seria quando a população media e percebia a qualidade, vinha se deteriorando ao longo do tempo; que ao fazerem uma apresentação comparativa acabavam escondendo o dado fundamental de que a qualidade havia piorado, como o da Celesc e de demais empresas; e que não estava ruim apenas no Município da pessoa que lhe antecedeu, estava ruim no Estado e no País. Indo além, informou que no ano anterior houve um recorde de indenização dos consumidores de energia, porque praticamente toda população brasileira ficou um dia sem energia no País, mais do que no período anterior. Quanto às indenizações, que eram maiores, disse que a posição da Celesc se deteriorou não só do ponto de vista da comparação com as outras empresas, mas no seu próprio indicador interno, o que era pior. Como um problema fundamental, ressaltou que muitas vezes a gestão estava preocupada em alcançar um indicador de eficiência meramente financeiro, que seria importante para o diretor de Relações com Investidores, mas não dialogava com a realidade dos consumidores de energia elétrica, havendo, naquele momento, aplausos da plenária. Na sequência, questionou quem calculava o prejuízo que levava a população por ficar, em média, dezoito horas, vinte horas ao ano sem energia elétrica, afirmando que isso não estava no balanço da Celesc mas estava no custo do consumidor. De forma geral, disse que os padrões de segurança do setor elétrico tinham voltado aos padrões dos anos 1980 e que não era o Dieese que estava dizendo aquilo, era a Fundação Coge. Prosseguindo, falou que as pessoas estavam morrendo mais por conta de um trabalho precário, por custar menos, e que aparecia no resultado econômico e financeiro da empresa que as pessoas morreram, e, ironizando, questionou onde estava a conta das mortes e se estava no balanço das empresas, respondendo que estava no custo do INSS e da família. Também falou que era fundamental a diretoria sair das amarras impostas pelo Conselho de Administração e que o governo do Estado tinha que assumir a posição de acionista majoritário, senão a diretoria ficaria com um discurso fácil, qual seja, o de dizer que não poderia fazer porque o Conselho não deixava, como se não fosse ela indicada pelo Governador, que era o acionista majoritário. Frisou que deveriam sair



daquela armadilha e dar uma resposta aos consumidores, sendo que aquela diretoria e o governo do Estado não seriam avaliados pelo tamanho do lucro gerado e sim pela qualidade do fornecimento da energia à população, momento em que foi aplaudido pela plenária. Em seguida, questionou a diretoria sobre quando as pessoas seriam contratadas e disse que ele mesmo já havia participado de diversos grupos técnicos dentro da Celesc para definir o quantitativo de pessoal. Encerrando, também disse que naquela audiência a diretoria deveria apresentar alguma posição, caso contrário não iriam resolver o principal problema que era a falta de qualidade e de segurança no fornecimento de energia elétrica, sendo aplaudido pela plenária. Ato contínuo, a palavra foi passada ao **Vereador João Grein, do Município de Canoinhas**, que, após os cumprimentos, disse que iria falar como agricultor, consumidor e produtor, muito acima de ser um Vereador de Município, mas também com a responsabilidade do Legislativo da sua cidade, Canoinhas. Falou que pela segunda vez ouvia em audiência pública a insinuação de que não se investia no planalto norte porque não dava lucro, mas que também ouviu Balneário Camboriú, que era altamente lucrativo, se queixar, dizendo que, então, não era aquela a desculpa. Também falou que todos trabalhavam muito na sua região, e, se não dava lucro, a culpa não era deles, e que era um equívoco olhar o povo como um investimento somente para balizar pelo lucro. Em seguida, informou que antes de falar em energia os Deputados e o governo deveriam ficar atentos nas questões hídricas de Santa Catarina, que apresentavam um futuro muito importante, porque, com certeza, quem estava querendo privatizar também estava de olho naquelas questões. Finalizando, disse que tinham que ficar com olhos bem abertos porque nem todos que diziam “Celesc pública” queriam aquilo e que muitos estavam terceirizando, o que seria a mesma coisa que privatizar. Dando continuidade à audiência, foi concedida a palavra ao **senhor Artur de Brito, dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia (Sinergia) de Florianópolis e Região**, que, após os cumprimentos, falou que eles, da Intercel, elaboraram, no dia 28 de março, um jornal sobre compartilhamento de postes, acrescentando que eram os fios de telefones que ficavam jogados em todo o lugar, tirando a beleza das cidades. Também falou que eles deveriam estar analisando aquilo, mas existia uma instrução da Anatel dizendo que, se eles não analisassem os projetos em até noventa dias, os outros poderiam lançar os cabos. Indo além, informou que estavam lançando de qualquer jeito e que estavam colocando em risco o trabalhador, pois quando um carro batia num poste eles não sabiam de quem era aquele cabo. Voltando ao assunto, disse que levaram aquilo ao presidente e que ele havia se comprometido a dar um espaço para eles num grupo de trabalho que iria acontecer, e que estava esperando, porque seria ele quem iria participar e até aquele momento não havia sido chamado. Prosseguindo, informou que haviam feito a linha viva no dia 28 de março e que no dia 4 de abril morreu eletrocutado João Carlos de Brito, trabalhador da Sinus Telecom, ao lançar um cabo clandestino, perguntando ao presidente quem iria se responsabilizar por aquela morte, se eram os celesquianos ou a empresa que o contratou, e acrescentou que aquele trabalhador, com 32 anos, natural do Rio Grande do Sul, pai de uma filha, ganhava pouco mais de R\$ 1.000,00 e morava há seis meses no galpão da empresa. Frisando que haviam criado um grupo de trabalho e que haviam solicitado, pelo menos, dezesseis vagas de técnicos em telecom para analisarem aqueles projetos, falou que em Florianópolis o setor de projeto estava sucateado, jogado às traças, e que poucos foram cooptados, mas estavam tendo que sair fora. Indo mais além, disse que estavam em cinco para tocar toda a grande Florianópolis, recebendo, somente de uso coletivo, nove solicitações por dia, e que tinha gente que achava pouco porque eles faziam dois projetos por dia. Embravecido, falou para irem lá pegar a caneta e ver como era bacana fazer projeto ou ficar atrás de uma mesa atendendo telefonema das pessoas indignadas porque não conseguiam ligar a energia de suas residências ou de seus empreendimentos, momento em que houve palmas da plenária. Dirigindo a palavra ao presidente da Celesc, disse que a dificuldade vinha da facilidade que era a cooptação, com gente levando por fora, e lançou o desafio ao presidente, como ele havia lançado um desafio em rede celesquiana, para tornar os seus empregos viáveis sem serem terceirizados e para apurar os inquéritos administrativos que estavam nas gavetas. A seguir, falou que doía na carne do celesquiano e do sindicalista ter que acusar alguém por desvio de dinheiro público e que os verdadeiros desvios não eram apurados, citando também os inadimplentes das têxteis, que ninguém via, com duzentos milhões; os inquéritos administrativos com quase vinte e cinco milhões; e a Monreal, com cinquenta milhões, como a Deputada Ângela Albino já havia falado. Ante o exposto, perguntou onde estava aquele dinheiro e respondeu que quem estava pagando aquilo era o povo e

eles com o sangue e o suor do trabalho. Finalizou dizendo ao presidente da Celesc que se ele conseguisse cumprir com aquele desafio eles iriam carregá-lo no braço, recebendo palmas da plenária. Dando continuidade à reunião, foi concedida a palavra ao **senhor Amarildo Correia, eletricitista de Tubarão**, que, após cumprimentar os presentes, disse que há algum tempo o número de funcionários na sua empresa era muito maior, na qual estava mais ou menos há trinta anos. A seguir, lembrou que quando comemoraram os quinhentos mil consumidores em todo o Estado de Santa Catarina – atualmente passava de dois milhões de consumidores – o número de funcionários era quase o dobro, e que atualmente, com o número três vezes maior de consumidores, estavam com menos força de trabalho para exercer as mesmas funções, acrescentando que sabia como aquilo funcionava. Dito isso, falou que esteve fazendo compras com a sua esposa em uma loja e observou que as marcas importadas *made in China* e outras estavam baratas, tendo comentado com a sua esposa que era barato devido à escravidão de mão de obra nos países exportadores. Indo além, disse que assistiu a uma videoconferência que dizia que tinha de fazer a sua parte, a do vizinho e fazer mais ainda. [Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa] Também disse que aquilo já estava sendo feito havia um longo período e nada mudava, continuando da mesma forma, e que a culpa sempre era do trabalhador. Mencionou que se fazia um cálculo em cima do número de reclamações não atendidas, mas que nunca tinha sido feito o cálculo em cima do número de consumidores que ficaram sem energia. Em seguida, falou que atualmente a Celesc também atendia numa distância de mais de sessenta quilômetros, que, se caísse um alimentador na região de uma cidadezinha, o consumidor ficaria mais de cinco dias sem energia e que era assim que estava funcionando, questionando qual ação seria tomada. Mencionando o número de Deputados eleitos, que, segundo ele, deveriam estar na audiência para saber a atual situação da Celesc, falou que o governo do Estado também deveria estar presente, já que ele tinha dito várias vezes que gostaria de manter a empresa pública. Por último, afirmou que os trabalhadores também queriam aquela empresa pública e viável e que, por isso, as ações deles sempre foram tomadas pelas entidades sindicais e pelos grupos de trabalho no sentido de valorizar o ser humano que foi esquecido. Em seguida, o senhor presidente passou a palavra ao **senhor Ronaldo Gariglio, presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina**, que, após os cumprimentos, comentou não ter visualizado muita novidade nos dados apresentados, mas disse que alguns deles lhe chamaram a atenção, principalmente aquele que mostrou que 80% da empresa já estava privatizada, afirmando defender uma empresa 100% pública, com 100% de trabalhadores contratados, e não terceirizados. Segundo ele, aquela era a propaganda que o Governador fazia em sua campanha, mas gestões sucessivas estavam privatizando e dilapidando todas as empresas que já foram eficientes. Ressaltou que o processo de terceirização não era novo na Celesc, tendo ele acompanhado o processo do *call center*, afirmando que quem ligava para lá era atendido por uma pessoa que não tinha a mesma capacidade dos contratados por concurso público. Continuando, falou que os catarinenses não tinham um local para serem atendidos, dizendo que em Florianópolis o prédio da rua Tenente Silveira com a rua Felipe Schmidt foi deixado para a especulação imobiliária. Mencionou que quando o consumidor não pagava a sua conta tinha a energia cortada, mas as grandes empresas deviam milhões e não sofriam cortes. Disse já ter escutado do gestor principal da empresa um discurso em que ele se dizia aliado do Sindicato, mas ele conhecia muito bem o Sinergia, que defendia a empresa pública e os trabalhadores. Ao final, falou que queria uma empresa não com aqueles dados apresentados, mas uma empresa com trabalhadores e gestores da própria Celesc, porque eles sabiam muito bem o que fazer em defesa da Celesc pública e sem terceirizados. Na sequência, o senhor presidente passou a palavra ao **senhor Jucélio Paladini, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Casan**, que, após os cumprimentos, falou que militava havia três décadas e, escutando as falas de todos, observou que os problemas eram os mesmos. Lembrou que no final da década de 1990 mais de oito mil pessoas discutiram, no Centrosul, a luta pelo Besc público. Disse que lá estavam os que surrupiavam o Besc e os que verdadeiramente o defendiam. Falou que na Casan havia 14 diretorias e que depois de muita pressão apenas mudou-se a nomenclatura. Como exemplo, falou que os três diretores jurídicos passaram a consultores e que os quatro diretores regionais passaram a assessores. Questionando como se conseguiu transformar a referência que era a Celesc na desgraça atual, mencionou ter ligado, na última segunda-feira, até as 23h para o *call center* sem obter sucesso e reclamou ter demorado

mais de uma hora e meia para ser atendido na agência da Celesc da rua Ivo Silveira. A seguir, afirmou que a terceirização, por não conhecer a Celesc como um todo, não dava conta dos atendimentos e que muitas informações eram dadas de forma diferente, conforme mudava o atendente. Desse modo, finalizou ponderando que era necessária uma decisão política de mudança, porque a empresa era um espelho nacional. O próximo a se manifestar foi o **senhor Odair Rogério da Silva, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, de Santa Catarina**, que saudou a mesa e os demais presentes e afirmou que não era a primeira vez que as pessoas vinham na Alesc pedir socorro e que em Santa Catarina havia uma política progressiva de desmonte do Estado para não promover os serviços públicos de qualidade. Nesse sentido, falou que a luta pela privatização tinha apenas mudado as estratégias. Ponderou que o Estado deixava a sociedade catarinense morrer na fila de hospitais e que não estava nem um pouco preocupado com a energia e o saneamento. Disse que o setor elétrico era mais um setor que ia aos poucos caminhando para a iniciativa privada, sendo que o caminho era o do sucateamento, desqualificando os serviços para a sociedade, a fim de justificar a privatização no futuro e dizer que a Celesc não funcionava. Em seguida, informou que o TRT 12ª região considerou ilícita a terceirização da atividade de leiturista da Casan, considerando tal atividade parte da atividade fim da empresa. Falou que a luta política era importante, mas que era também necessário buscar as vias judiciais, ademais de promover ações públicas contra aquelas atividades. Como proposta de encaminhamento, sugeriu a criação de um grupo de trabalho, com parlamentares e dirigentes da Celesc e de entidades sindicais, para procurar o Tribunal de Contas do Estado (TCE), tendo como base a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2012 que determinou que as empresas da administração direta e indireta, de autarquias e fundações, e de sociedades de economia mista suspendessem o serviço terceirizado de atividade fim, dando o prazo de até o fim de novembro para apresentarem um plano de ação. Segundo ele, o TCE também tinha que se posicionar, uma vez que na sua composição havia muitos desembargadores que foram parlamentares e poderiam ajudar a regulamentar aquelas atividades em Santa Catarina. Também sugeriu que uma visita fosse feita ao Ministério Público Estadual (MPE) para que o órgão também se posicionasse em relação à terceirização dos serviços em Santa Catarina. Afirmou ser preciso barrar aquele projeto que diminuía o Estado no que se referia aos serviços prestados à população e que, de fato, se promovesse concurso público e, consequentemente, serviço de qualidade aos catarinenses. Por fim, parabenizou a mobilização de todos, lembrando que naquela tarde haveria a Marcha dos Catarinenses para dar um basta nos serviços ruins do Estado. Continuando a audiência pública, último inscrito foi o **senhor Geraldo Prus**, que, depois dos cumprimentos iniciais, disse que o vínculo dele com a Celesc era de mais ou menos quarenta anos e que conhecia boa parte da história da Celesc. Disse que olhando para o presidente da empresa ele olhava para o Governador do Estado, considerando-o o verdadeiro gestor e responsável pelos destinos da Celesc. Contou ter havido lá um presidente que falou que a Celesc era uma vaca cheia de carrapatos, sendo necessário primeiro eliminá-los para depois resolver os problemas da empresa. Também contou ter havido outro presidente que aproveitou a época de Copa do Mundo para tentar privatizar a empresa e tentar vendê-la na bolsa de valores. Ante o exposto, afirmou que todos sobreviveram àquela tentativa, mas ficaram dois anos sem reajustes, e que a Celesc caminhava na mesma condição de sucateamento que estava ocorrendo atualmente. Indo além, disse que aquilo aconteceu em idos de 1980, ocasião em que o atual Governador do Estado era o presidente da Celesc, e que não gostava dele. Explicou que na época ele assinou um acordo coletivo e não cumpriu efetivamente, dizendo que os dirigentes eram tudo maravilhas, tendo tentado publicar no jornal os salários de todos eles. Continuando, falou ter estado em Mafra havia duas semanas, já tendo coordenado vários movimentos grevistas naquela cidade, e lá chorou porque alguns colegas de trabalho da cidade não podiam mais frequentar restaurantes por estavam sendo tachados de responsáveis diretos pelos problemas da Celesc. Mencionou ter orgulho de tantos troféus de sucesso da Celesc em eficiência e falou que, por isso, encontrar alguém falando mal da empresa era muito triste. Em seguida, disse sentir que atualmente o governo do Estado e o gestor da Celesc estavam privatizando a empresa e que ela ia acabar. Propôs, ao final, que se contratasse pessoas para a empresa voltar a ser eficiente e ser respeitada pela população catarinense. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** disse que o presidente da Celesc teria um tempo para responder as perguntas e fazer as suas considerações finais. Dirigindo-se ao presidente Cleverson, ponderou que o apelo feito pelos

trabalhadores e pelas entidades era um apelo que ele próprio recebia no seu dia a dia, inclusive em vários Municípios do interior que visitava. [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*] Por isso, disse que queria ouvir sobre aquelas questões levantadas e que o presidente Cleverson representava ali uma filosofia, uma estratégia de governo do Governador Raimundo Colombo, por isso estava respondendo pela empresa. Prosseguindo, pediu que o presidente Cleverson comentasse as propostas de encaminhamento, quais sejam, orientação do Governo de Santa Catarina para que a empresa faça um acordo na ação civil pública que o Ministério Público move contra a terceirização dos serviços; criação do plano emergencial de recomposição da Celesc; solicitação para que o presidente e a empresa honrem o discurso da primarização do serviço público da Celesc; e a criação de uma frente parlamentar para a discussão das ações reguladoras do Marco Regulatório da Energia Elétrica, na Alesc. A seguir, concedeu a palavra ao presidente Cleverson para as suas considerações finais. Ato contínuo, o **senhor Cleverson Siewert, presidente da Celesc**, agradeceu de forma efetiva a presença de todos e a manifestação de cada um, porque aquilo os estimulava, ele enquanto presidente, a diretoria, o corpo funcional da Celesc, a fazerem um trabalho melhor, dizendo que eles não tinham outro objetivo que não fosse prestar um serviço melhor. Observou que eram humanos e iriam acertar e errar, mas com certeza, quanto mais discutissem, quanto mais trocassem informação, menos errariam. Frisou que sempre em suas falas tem dito que o principal patrimônio da empresa era o seu servidor, que sempre estimulou aquilo. Reiterou que o servidor era o maior patrimônio que a Celesc tinha e que não discordava em nada do que havia sido dito e falado, falando, porém, que naquele contexto iriam divergir em algumas questões, exemplificando com a paixão de cada um por seu time ou religião, e que iriam convergir no coração de cada um, pois o que queriam era uma Celesc forte, robusta, pública e competitiva. Afirmou que não tinha outro caminho que não aquele, porque, em todo aquele contexto que havia sido falado ali, eles tinham que ter como pano de fundo que a Celesc atualmente gastava mais do que tinha de tarifa e que aquilo precisava ser trabalhado de alguma forma. Indo além, disse que o processo era igual ao de uma família que gastava mais do que ganhava de salário. Reportando-se ao Deputado Dirceu Dresch, falou que aquela era uma questão que iriam trabalhar adequadamente, porque era uma questão conceitual que não era do Governo do Estado de Santa Catarina, que tinha a ver com a Aneel, com o Ministério de Minas e Energia, com uma política macro do Brasil. Dito isso, afirmou que não estava fazendo alusão a partido político nem à questão política nenhuma, e sim a uma política de Estado. Ressaltou que, se o objetivo era primarizar, ele estava com eles sem a menor dificuldade, mas tinham que ter condições de trabalhar naquela linha. Informou que atualmente tinham um teto para gastar e perguntou o que iria acontecer se ficassem gastando além do teto, falando que tinham que ter habilidade, inteligência e coerência para traduzir aquilo de forma bacana, momento em que foi interrompido por um manifestante da plenária que falou fora do microfone. Na sequência, o senhor Cleverson, dirigiu-se ao Presidente da audiência pedindo que garantisse a sua fala, pois não havia interrompido ninguém durante as manifestações. Prosseguindo, disse que respeitava a opinião de todo mundo, mas queria que eles o escutassem porque tinha aquele pano de fundo. Observou que não estava dizendo que alguém era culpado, muito menos o funcionário; que estava olhando dali para frente. Em seguida, informou que foi servidor da Secretaria da Fazenda durante oito anos e que conhecia bem o Estado também e não queria outra coisa que não fosse ajudar a Celesc. Comentou terem uma história que era importante de ser contada, com muitos erros e acertos, mas que eles precisavam olhar para frente, porque dependia deles construírem os próximos sessenta anos da empresa. Quanto à questão do governador, fez uma defesa muito forte porque não recordava (disse que olhou na história da empresa) de um governador que tivesse dito que queria fazer um aumento de capital na empresa, e que o Governador Raimundo Colombo queria colocar dinheiro na empresa para fazer investimento. Reiterou que não recordava de alguém que tivesse feito aquilo e que aquela era a proposta do Governador Raimundo Colombo, do Vice-Governador Eduardo Moreira, e que, portanto, tinha que ser respeitada aquela posição, sim. Frisou novamente que o Governador queria a Celesc pública e competitiva e que ele estava trabalhando para aquilo. Indo além, disse que o Governo do Estado não era responsável por arrumar recursos para a Celesc e insistiu que eles tinham um órgão regulador que coordenava toda essa questão de tarifas para o setor de energias no País, por isso era preciso olhar o contexto como um todo, e o governador estava disposto a ajudar a empresa naquele processo. Quanto à subordinação, a relação que existia entre o Conselho de

Administração, a diretoria, os servidores, falado ali em vários momentos, disse que estava na Celesc há dois anos, que era diretor de Distribuição e atualmente presidente, desde 17 de janeiro do ano corrente, e que nesses dois anos que estava na empresa – o senhor Jair acompanhava todo aquele processo – todos os pedidos que havia feito como diretor de Distribuição que tiveram coerência e lógica foram aprovados. Acrescentou que não era questão de ser amigo ou não de alguém e, sim, de ter bom senso, como havia sido dito por vários deles, bom senso e discurso coerente. Desse modo, o orador achava que eles haviam mostrado com bom senso para o Conselho de Administração da Empresa o que era necessário, e se a primarização fosse o melhor, passaria, mas era preciso ter habilidade para construir aquela proposta. Observou que não seria no enfrentamento que iriam evoluir, que era preciso convergir e construir caminhos, e ele, enquanto presidente, estava totalmente disposto e queria fazer aquilo; que estavam trabalhando na direção daquilo que os presentes precisavam ter, ou seja, condição adequada e segura de trabalho, conforme as faixas ali expostas mostravam aquilo de forma efetiva. Dirigindo-se ao senhor Felipe, quanto à questão do orador não falar mais em desafio, respondeu que discordava (como havia dito no início, iriam discordar em alguns pontos) e que iria continuar falando, sim, porque para ele não apenas a Celesc como qualquer empresa na vida exigia desafios no dia a dia. Prosseguindo, disse que se fazia política o dia inteiro, política na arte do relacionamento humano, dando como exemplo a política dele com a esposa, com a filha, buscando se relacionar adequadamente. Indo além, disse que tinham desafios diários e cotidianos, seja como pessoa física ou dentro Celesc, e que sempre iriam buscar superar, enxergar, diagnosticar e superar esses desafios de forma muito efetiva. Dirigindo-se ao senhor Artur, sobre a reunião citada por ele, disse que ela havia acontecido no dia 8 de março de 2011, que ele tinha a pauta daquela reunião ali e que o senhor Artur tinha razão na colocação dele, só que eles estavam preparando o processo internamente para chamá-lo, e que quando a diretoria tivesse uma posição adequada aquilo iria acontecer. Falou que os presentes viram que, como qualquer outra discussão, nos dois anos em que foi diretor de Distribuição não impôs nada, aliás, tentou tomar uma decisão, só que na primeira o Sindicato o enquadrou e disse como seria, e ele entendeu, aprendeu, e entendia que fazia todo o sentido, concluindo que se quisessem impor alguma coisa não iria acontecer. Desse modo, afirmou que era preciso ter habilidade e inteligência para construir em conjunto, pois não iriam resolver sessenta anos da história da empresa em um mês, em sessenta dias, em um ano; que era preciso um passo de cada vez para chegar ao objetivo traçado. Em seguida, disse que aquilo era um pouco do que ele queria registrar, e reiterou os agradecimentos por cada depoimento, por mais duro que tenha sido, mas ele recebia com muita alegria e entusiasmado porque era um entusiasmado por aquela empresa. Reiterou que estava apenas há dois anos na Celesc, diferentemente do senhor Jair que há quarenta anos trabalhava na empresa, mas que tinha entusiasmo e queria construir uma empresa melhor, para que no futuro pudesse retornar àquela Casa e dizer que foi a partir daquela audiência que a Celesc melhorou. Continuando, registrou ter participado de uma audiência, enquanto diretor da empresa, no dia 11 de maio de 2011, sendo que alguns encaminhamentos foram feitos, tais como, chamar a Aneel para a discussão, e que ninguém havia chamado; e ir ao BNDES solicitar financiamento, porque eles não conseguiam pegar financiamento como qualquer outra empresa, já que a empresa pública não pode, e ninguém chamou para tal. Desse modo, como os encaminhamentos não tiveram sequência, solicitou que os encaminhamentos da audiência do dia em curso fossem efetivos, para que juntos, como um grupo que deseje o bem da empresa e o bem do Estado, encontrassem o caminho adequado. Encerrando, agradeceu a atenção dispensada e colocou-se à disposição de todos. Ato contínuo, para as suas considerações finais, a palavra foi concedida ao **senhor Jair Maurino Fonseca**, que inicialmente agradeceu em especial ao Deputado Dirceu Dresch, que era o único Parlamentar que havia permanecido naquele plenário, momento em que foi aplaudido pelos presentes. Prosseguindo, disse que aquela era a preocupação deles, pois, naquela Casa Parlamentar os Deputados da base de sustentação do governo do Estado eram maciços. Falou que eles não tinham nenhuma chance de conseguir passar um projeto a não ser convencendo o governo do Estado. Em seguida, afirmou que fizeram outra audiência de grande vulto, mas que a atual tinha um grupo muito maior, porque, segundo informações que recebeu, teve um grupo que não pode subir por questões de segurança, pois haviam extrapolado a lotação daquele plenário. Dito isso, trouxe a figura do Deputado Lício Mauro da Silveira, *in memoriam*, que era um celesquiano que sempre defendia a Celesc naquela Casa, pelo trânsito que tinha com os demais Deputados,

observando que atualmente tinham aquela dificuldade, sendo que quem estava abrindo as portas para eles era o Deputado Dirceu Dresch, e aproveitou para agradecer ao Marcel Salomon, assessor do Deputado, que os auxiliou naquele trabalho, e haviam percorrido todos os gabinetes para conseguir a aprovação daquela audiência. Dirigindo-se ao Presidente da audiência, lembrou que há poucos dias haviam feito uma audiência em Canoinhas e questionou porque aqueles quatro Deputados que lá estiveram no dia em curso não se fizeram presentes, se o assunto era o mesmo, porém atualizado. Prosseguindo, registrou a sua preocupação quanto aos desdobramentos dos encaminhamentos colocados ali, que não poderiam parar naquele momento e que poderiam resultar num impasse com o governo do Estado, se ele não atendesse as reivindicações ou não os recebesse conforme proposto ali. Lembrou que desde janeiro de 2011, quando o Governador Colombo assumiu o governo, a Intersel havia encaminhado correspondência ao governo do Estado, com a interferência do ex-presidente da Celesc Antônio Gavazzoni, pedindo uma audiência e que ele não os atendeu. Desse modo, a resposta que eles dariam ao governador era aquele movimento que estavam fazendo ali e que iam fazer em todo o Estado, através das Câmaras de Vereadores, que eram os legítimos representantes do povo em seus Municípios, exigindo que o governo fizesse a discussão com eles na questão dos investimentos que a Celesc precisava, pois era verdade que ela tinha ações, e poderiam fazer os investimentos que eram necessários. Reiterou que a base do governo na Assembleia decepcionava e lamentou a falta de respeito com aqueles que estavam ali e que viajaram a noite inteira para ouvir o pronunciamento dos Parlamentares, observando que sabia que muitos tinham outros compromissos. Quanto à resposta que o presidente deu em relação ao Conselho, repetiu que na opinião dele estavam muito obedientes ao Conselho de Administração, e disse aquilo que o presidente havia colocado tinha sido verdade, embora o orador entendesse que aquilo não era necessário e que a diretoria tinha que ter autonomia de gestão. Isso posto, afirmou que a campanha de eficiência máxima da Celesc era uma campanha agressiva, forte, e que ele já havia feito aquelas críticas pessoais com relação àquela campanha, falando que ele se encaixava bem na propaganda, pois há quarenta anos na empresa fazendo sempre a mesma coisa não viu resultado diferente, momento em que foi aplaudido pela plenária. Ressaltou que o movimento sindical tem se moldado às novas realidades e que as mudanças que a Celesc necessitava fazer precisavam de muito investimento tecnológico. Finalizando, dirigiu-se ao Presidente da audiência e disse que a palavra daquele povo não seria mais a dele falando em nome de todos, que todos falaram em nome deles próprios em prol da Celesc. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, convidou o senhor Darci Tiburski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Teresinha e os Vereadores Nelson Felippi e Valquíria Schwarz, ambos daquele Município, para entregarem ao presidente da Celesc uma moção aprovada na Câmara de Vereadores do Município de Santa Teresinha. Enquanto era entregue o documento ao Presidente da Celesc, o **senhor Presidente** da audiência explicou que aquela moção estava sendo encaminhada para todas as Câmaras de Vereadores dos Municípios a fim de que eles se pronunciassem e também fizessem o debate nas suas Comarcas, assim como o pessoal de Santa Teresinha, a quem parabenizou pelo feito. Prosseguindo, reiterou os encaminhamentos já citados anteriormente, tais como, a questão do acordo da ação civil pública que o Ministério Público movia contra a terceirização dos serviços; o plano emergencial de recomposição dos quadros da Celesc; a questão da primarização; a criação de uma Frente Parlamentar, proposta pela plenária, para cuidar da questão do Marco Regulatório da Energia; e o grupo de trabalho para atuar junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina; além disso, a proposta do senhor Jair Maurino Fonseca de uma audiência com o governador. Ante o exposto, disse que aqueles eram os encaminhamentos e que eles iriam se mobilizar para conseguir marcar uma audiência com urgência com o governador a fim de discutirem aquelas questões concretamente, inclusive com a presença do presidente da Celesc, falando que as questões levantadas ali eram concretas e precisavam ser levadas ao governador. Na sequência, registrou os agradecimentos aos parceiros de trabalho no dia a dia das audiências públicas da Assembleia Legislativa, momento em que os servidores foram aplaudidos pelos presentes. A seguir, informou que eles poderiam ter acesso ao relatório da audiência, o qual poderia servir para um futuro debate dos encaminhamentos. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao **senhor Artur de Brito, dirigente sindical do Sinergia de Florianópolis e Região**, que fez o encaminhamento para que fossem tornados públicos os inquéritos administrativos que não foram finalizados na Celesc, que envolviam muita gente e muito

dinheiro, sendo que muitos estavam saindo pela porta da frente, dizendo que a sociedade catarinense precisava saber daquilo, pois os sindicalistas estavam fazendo a sua parte, apesar de doer na carne. Explicou ser necessário demitir um trabalhador que roubava, que havia sido cooptado, que havia levado em pró de si próprio ou de um partido político, pois esse servidor deveria ser responsabilizado civil e criminalmente. Ao final, observou que, apesar de não ser competência da Celesc julgar nem tampouco colocar na cadeia, ela tinha o dever de encaminhar para onde fosse necessário, para o Ministério Público, a Deic, a Polícia Federal, assim como os sindicatos estavam fazendo, e reiterou que aquilo tinha que ser público. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, comentou a fala do senhor Jair Maurino Fonseca quanto à presença dos Parlamentares naquela audiência, explicando haver sugerido ao Sinergia que procurasse todos os líderes de Bancada para que aquela audiência pública não fosse desse ou daquele partido, porque eles não queriam partidizar a luta da Celesc, que tinha que ser uma luta de todos. Nesse sentido, falou que eles procuraram todos os líderes de Bancada, os quais assinaram o requerimento para a realização daquela audiência pública da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo Deputado Estadual José Milton Scheffer, quais sejam, Deputado Altair Guidi, Líder do PPS; Deputada Ana Paula Lima, Líder do PT; Deputada Angela Albino, Líder do PCdoB; além do Deputado Dóia Guglielmi, do PSDB; do Deputado Narciso Parisotto, do PFL; e do Deputado Valmir Comin, do PP. Em seguida, informou que todos os líderes foram consultados, mas nem todos assinaram, e reiterou que aqueles foram os Parlamentares que assinaram o requerimento para fazer aquela audiência pública. Prosseguindo, assumiu o compromisso de criar na Alesc uma frente parlamentar específica para acompanhar o Marco Regulatório nacional junto à Aneel. Observando que a reunião havia passado um pouco do horário, mas que tinha sido importante ouvir todo mundo, agradeceu ao presidente Cleverson por ter ficado até o final da audiência, dando oportunidade a todas as lideranças presentes de expressarem as suas preocupações. Explicou também ser papel do Parlamento ouvir a sociedade e fazer o meio de campo com o governo encaminhando as questões polêmicas e pendentes, a exemplo da Celesc. Por fim, colocou-se à disposição de todos e disse que estariam juntos naquela luta por uma Celesc pública e, principalmente, pelo respeito aos seus trabalhadores, que eram a vida daquela empresa tão importante para Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora Almerinda Lemos Thomé] [Revisão final: Denise V. Silva] [Leitura Final: Sibelli D'Agostini]

**Deputado Estadual José Milton Scheffer**

**Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia**

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE PUBLICAÇÃO

### AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

EDITAL DE CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2013

**OBJETO: CONCESSÃO DO CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DE SANTA CATARINA ÀS EMPRESAS PRIVADAS E ENTIDADES COM FINS NÃO ECONÔMICOS E DO TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL - DESTAQUE SC.**

**INSCRIÇÃO:** 01/07/2013 a 30/09/2013, que se encerra, impreterivelmente, às 23h59min59 (horário de Brasília)

**FORMA DE INSCRIÇÃO:** Exclusivamente via internet mediante o preenchimento eletrônico do formulário constante no *sítio eletrônico* da Assembleia Legislativa, na página [www.alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial](http://www.alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial) (adotando um dos Anexos no Edital). Os esclarecimentos sobre o processo de inscrição poderão ser obtidos pelo e-mail: [rsocial@alesc.sc.gov.br](mailto:rsocial@alesc.sc.gov.br) ou [comissaorsocial@gmail.com](mailto:comissaorsocial@gmail.com) ou pelo telefone (48) 3221-2919.

Florianópolis, 14 de junho de 2013.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE RESULTADO

### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1443/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 010/2013, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE JARDINAGEM, ESPÉCIES VEGETAIS, INSUMOS, ARRANJOS DE FLORES (BUQUÊS) PARA USO EM JARDINS, DECORAÇÕES E EVENTOS.**

**Item 01 - Fornecimento de produtos de jardinagem, espécies de vegetais, insumos, arranjos de flores (buquês) para uso em jardins, decorações e eventos.**

Vencedora: ALPINIA PLANEJAMENTO EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 87.999,00

**Item 02 - Fornecimento de produtos de jardinagem, espécies de vegetais, insumos, arranjos de flores (buquês), para atender as necessidades da ALESC.**

Vencedora: ALPINIA PLANEJAMENTO EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 58.656,00

Florianópolis, 17 de junho de 2013

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 083/2013

REFERENTE: Acordo de Cooperação Técnica nº 006/2013, celebrado em 15/04/2013.

**OBJETO: Acordo de Cooperação Técnica que celebra entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) e a Fundação Catarinense de Educação Especial, o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria do Estado de Santa Catarina, doravante DETRAN, cujo objeto do presente Termo consiste no estabelecimento de cooperação técnica entre a FCEE, SSP/SC e ALESC visando ao acesso da pessoa com deficiência auditiva, em sua língua natural, por meio de vídeo, aos exames teóricos no processo de habilitação, com vistas a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CHN) em Santa Catarina.**

VIGÊNCIA: até 31/12/2014, inclusive ser prorrogado e aditado na forma da lei.

Florianópolis, 13 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Rosemeri Bartuchski- Presidente da FCEE Cesar Augusto Grubba-Secretario de Estado da Segurança Pública Vanderlei Olivio Rosso-Diretor Estadual de Transito

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 084/2013

REFERENTE: 04º Termo Aditivo de 05/06/2013, referente ao Contrato CL nº 058/2011, celebrado em 05/09/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: TPS Multimídia Ltda.

**OBJETO:** Reajustar o contrato original em 7,72% correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV apurado no período de setembro/2011 a agosto/2012, passando o valor mensal do contrato de R\$ 133.375,00 para o valor de **R\$ 143.682,27**, representando um acréscimo mensal de R\$ 10.307,27.

O valor global do contrato ano passa para R\$ 1.724.187,24

VIGÊNCIA: a contar de 01/05/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; Item 3.4.1 da Cláusula Terceira do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 13 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Fernando Pereira Oliveira- Sócio

Joyce L. A. P. Oliveira- Sócia

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 085/2013**

REFERENTE: Inexigibilidade nº 016/2013 celebrado em 24/05/2013.  
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.  
 CONTRATADA: Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (COOTRAF).

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico para instalação de *stand de até 20 m² e espaço físico colocação de peças publicitárias (banners, símbolo, logomarca, cartazes, folders, etc.)* no VI Seminário Estadual de Agroecologia que acontecerá nos dias 23 e 24 de maio de 2013 junto ao Parque de Exposição de Pinhalzinho.

VALOR: R\$ 20.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 036/2013.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio)

Florianópolis, 14 de junho de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 086/2013**

REFERENTE: Contrato CL nº 023/2013, celebrado em 24/05/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (COOTRAF).

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a aquisição de cota de participação e uso de espaço físico no VI Seminário Estadual de Agroecologia que acontecerá na Feira de Exposição de Pinhalzinho nos dias 23 e 24 de junho de 2013, onde serão disponibilizados:

- Espaço físico para instalação de Stand com até 20 m²;
- Espaço para colocação de peças publicitárias (banners, logomarca, folders, cartazes, etc.).

VALOR GLOBAL: 20.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Florianópolis, 13 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Antonio Schnorr- Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 087/2013**

REFERENTE: Contrato CL nº 026/2013, celebrado em 03/06/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Coan Industria Gráfica Ltda.

OBJETO: Confecção de cartilhas e cartazes referente à campanha "Conte até 10".

VALOR GLOBAL: 17.950,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e suas alterações, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Autorização para Processo Licitatório nº 26 de 25/4/2012, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Edital de Pregão Presencial nº 09 de 29/5/2013.

Florianópolis, 13 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Elidio Tadeu Bongioiolo- Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 088/2013**

REFERENTE: 02º Termo Aditivo de 07/06/2013, referente ao Contrato CL nº 018/2012, celebrado em 01/05/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Reginaldo Osvaldo da Silva.

OBJETO: Com base na reivindicação do Contratado, reajustar o contrato original em 7,50% correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV apurado no período de maio/2012 a abril/2013, com eficácia a partir da competência maio/2013, passando o valor mensal do contrato de R\$ 4.200,0 para o valor de **R\$ 4.506,58**, representando um acréscimo mensal de R\$ 306,58.

O valor global do contrato ano passa para R\$ 54.078,96.

VIGÊNCIA: a contar de 01/05/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; item 3.1 da Cláusula Quinta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 14 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Reginaldo Osvaldo da Silva- Maestro

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 089/2013**

REFERENTE: 08º Termo Aditivo de 03/06/2013, referente ao Contrato CL nº 046/2010, celebrado em 05/08/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Primer Produção e Locação Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo, nos termos da reivindicação e exposição de motivos da Diretoria de Comunicação Social da ALESC e devida autorização administrativa, tem por finalidade fazer acréscimos quantitativos ao contrato original, incluindo 02 (duas) câmeras externas, sendo uma modelo Panasonic/Broadcast P2HD/AG/HPX 500P e outra modelo HVX 200, e 04 (quatro) operadores técnicos (cinematografistas).

VIGÊNCIA: a contar de 01/06/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "a" e "b" e § 1º da Lei nº 8.666/93; Item 7.1, cláusula sétima do contrato original; Item 6.21, cláusula sexta do contrato original; Item 2.1.1.1 do terceiro termo aditivo e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 14 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Ison Antonio Bettin- Sócio

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 090/2013**

REFERENTE: Inexigibilidade nº 017/2013 celebrado em 24/05/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Radiopro Sistemas Ltda.

OBJETO: Aquisição de 5 (cinco) licenças de uso com prazo indeterminado do software RADIOPRO para gravação de áudio do Plenário, a pedido da Coordenadoria de Serviços gerais.

VALOR: R\$ 13.075,00

PRAZO DE ENTREGA: Imediato, após a emissão da Ordem de Serviço, estendendo-se a sua garantia por um período de 12 meses após o recebimento definitivo do objeto.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 016/2013-LIC; Autorização Administrativa.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1369 (Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática da ALESC) Item Orçamentário: 3.3.90.39.00 (Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica) e subelemento 3.3.90.30.47 (licença de uso de software).

Florianópolis, 17 de junho de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 091/2013**

REFERENTE: Contrato CL nº 029/2013, celebrado em 11/06/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Radiopro Sistemas Ltda.

OBJETO: Aquisição de 05 (cinco) Licenças de Uso por tempo indeterminado de software RADIOPRO PLENÁRIO, incluindo serviços de suporte técnico durante 6 (seis) meses de atendimento junto à CONTRATANTE, "online" via e-mail, telefone, MSN e chat.

VIGÊNCIA: a partir da data de sua assinatura, estendendo-se por mais 12 meses, prazo máximo estipulado para o fornecimento de suporte técnico por parte da Contratada.

VALOR GLOBAL: 13.075,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório nº 016/2013 parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem. Inexigibilidade de Licitação nº 017/2012

Florianópolis, 13 de junho de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Sr. Silvana Olivio- Gerente Comercial

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 1571, de 17 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR TATIANA STOCK LEOPOLDINO** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1572, de 17 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **HILDETE DE SOUZA CLAUDINO**, matrícula nº 6996, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 14 de junho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1573, de 17 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR RODRIGO DA SILVA GONÇALVES** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli - Içara).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1574, de 17 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** a servidora **JULIANA STADNIK DE LIMA**, matrícula nº 7212, na DCS - Coordenadoria de Imprensa, a contar de 11 de junho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1575, de 18 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** a servidora **JULIANA ELENA BASSETTI**, matrícula nº 6324, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção - Operações Técnicas, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOAO MACHADO PACHECO NETO, que se encontra em prorrogação de licença para tratamento de saúde por sessenta dias, a contar de 19 de maio de 2013 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1576, de 18 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** o servidor **JOÃO NADIR GUEDES GONÇALVES**, matrícula nº 7186, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria técnica-administrativa - Pesquisa e Produção de Documentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JULIANA ELENA BASSETTI, que se encontra substituindo a Chefia de Seção - Operações Técnicas por sessenta dias, a contar de 19 de maio de 2013 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1577, de 18 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA	2131	3%	30%	1º/6/2013	1293/2013
ONORINO DALLASTRA	3760	3%	3%	2/5/2013	1305/2013
LAERCIO MENEGAZ	4369	3%	9%	2/6/2013	1306/2013
AMANDHA CUNHA DA COSTA	5523	3%	6%	1º/6/2013	1307/2013
SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE	2169	3%	30%	1º/6/2013	1308/2013
LUIZ HENRIQUE BONATELLI DE MELO	2188	3%	30%	10/6/2013	1345/2013
NEIVA MARIA LUNARDI PRADE	2200	3%	30%	10/6/2013	1346/2013

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>REDAÇÕES FINAIS</b>
------------------------

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL À PEC/001.0/2013**

Passa o inciso VI do artigo 173 da Constituição do Estado a que se refere o artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 0001.0/2013 a ter a seguinte redação:

"Art. 1 .....  
" Art. 173 .....

VI - concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais estaduais, municipais e privadas, em especial à Academia Catarinense de Letras e Artes, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, à Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, à Associação Cultural Cinemateca Catarinense e à Federação Catarinense de Teatro. E, ainda, a Academia Catari nense de Letras.

**JUSTIFICATIVA**

A presente Emenda Substitutiva Global, visa ampliar o rol de entidades culturais que se encontram dentro da esfera de proteção do Estado de Santa Catarina, contemplando as letras, históricas, música, cinema e por fim teatro.

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 12/06/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 12/06/13

Deputado DIRCEU DRESCHL

BANCADA DO PT

**REDAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/ 2013**

Modifica o inciso VI do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O inciso VI do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 173. ....

VI - concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais estaduais, municipais e privadas, em especial à Academia Catarinense de Letras, à Academia Catarinense de Letras e Artes, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, à Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, à Associação Cultural Cinemateca Catarinense e à Federação Catari nense de Teatro;

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 016/2012**

Institui a Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída a Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina, nas escolas públicas e privadas estabelecidas no Estado.

Art. 2º Serão ministradas palestras nas instituições de ensino, bem como ministrados seminários e treinamentos aos professores e funcionários do Ensino Fundamental, sobre como perceber e denunciar a pedofilia.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0178.3/2013**

Inclua-se no § 1º do artigo 1º da Lei Estadual nº 15.855, de 2 de agosto de 2012 o Inciso XII, com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 1º .....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

III - os recursos provenientes de outras fontes de receita, inclusive aos decorrentes de financiamentos contratados com a finalidade de apoiar investimentos nos Municípios.

..... " (NR)

**JUSTIFICATIVA**

A emenda aditiva ora apresentada tem por objetivo de promover adequação na redação do texto do *caput* do art. 2º, com vistas ao aprimoramento do projeto no sentido de ampliar as fontes de receitas que constituirão o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM).

Florianópolis,

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER**

Líder do Governo na Assembleia Legislativa

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 12/06/13

**EMENDA ADITIVA 02**

Modifica o Parágrafo 2º do artigo 3º do PL.0179.5/2013, passando a ter a seguinte redação:

Art. 3º .....

Parágrafo 2º Caso haja a necessidade da delegação estabelecida no parágrafo anterior, à remuneração da mandatária será arcada pelo FUNDAM, independentemente do valor estabelecido para o repasse ao Município.

Sala das Sessões, em

**JUSTIFICATIVA**

A presente Emenda Modificativa se justifica na medida em que a redação anterior foge ao princípio da lei, ou seja, estabelecer o repasse de valores a serem investidos nos Municípios catarinenses sem ônus para estes.

O custo administrativos/financeiros da mandatária deve ser arcado pelo FUNDAM, deixando os valores destinados aos Municípios intactos para a sua finalidade.

Dep. Ana Paula Lima

Líder da Bancada do PT

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 12/06/13

SUBEMENDA MODIFICATIVA À EMENDA Nº 03 (fl. 22) AO PROJETO DE

LEI Nº 0179.5/2013

A Emenda Modificativa nº 03, de fl. 22, ao Projeto de lei nº 0179.5/2013, passa a ter a seguinte redação:

"O inciso V do art. 3º do Projeto de Lei nº 0179.5/2013 passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º .....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 12/06/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 178/2013**

Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei nº 15.855, de 2 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescido dos incisos XI e XII, com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 1º .....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

O *caput* do art. 2º do projeto de lei nº 0179.5/2013, que "Institui o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM) e estabelece outras providências", fica acrescido do inciso III, com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 12/06/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 179/2013**

Institui o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM) e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), com o objetivo de promover o desenvolvimento dos Municípios catarinenses, mediante apoio financeiro a planos de trabalho municipais de investimento.

Art. 2º Constituem receitas do FUNDAM:

I - os recursos a ele destinados decorrentes do Contrato de Financiamento de Operação de Crédito Interna, mediante Abertura de Crédito nº 13.2.0026.1, firmado entre o Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja operação de crédito foi autorizada pela Lei nº 15.855, de 2 de agosto de 2012;

II - os rendimentos de aplicação financeira de seus recursos;

III - os recursos provenientes de outras fontes de receita, inclusive as decorrentes de financiamentos contratados com a finalidade de apoiar investimentos nos Municípios.

Parágrafo único. Os saldos verificados ao final de cada exercício financeiro constituem receita do FUNDAM, devendo ser aplicados em seus objetivos, conforme disposto nos arts. 1º e 4º desta Lei.

Art. 3º A gestão do FUNDAM será realizada pelo Secretário de Estado da Fazenda ou por servidor por ele designado, a quem competirá:

I - propor as diretrizes operacionais a serem aprovadas pelo Grupo Gestor de Governo;

II - realizar e acompanhar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos do FUNDAM;

III - analisar e aprovar os planos de trabalho apresentados pelos Municípios interessados;

IV - examinar e aprovar as contas dos recursos repassados;

V - elaborar relatórios mensais de desempenho, constando os Municípios contemplados com as verbas do FUNDAM e seus respectivos projetos, valores despendidos e saldo atualizado do Fundo, a serem apresentados ao Chefe do Poder Executivo, no Portal Transparência do Governo do Estado; e

VI - exercer as demais atribuições indispensáveis à gestão do FUNDAM.

§ 1º As atribuições de gestão do FUNDAM poderão ser delegadas à instituição financeira oficial com competência para tanto, na condição de mandatária.

§ 2º Caso haja a necessidade da delegação estabelecida no § 1º deste artigo, a remuneração da mandatária será arcada pelo FUNDAM, independentemente do valor estabelecido para o repasse ao Município.

Art. 4º Os recursos do FUNDAM compreendidos no Programa Acelera Santa Catarina serão repassados a Municípios para aplicação nos seguintes investimentos:

I - infraestrutura referente à logística e mobilidade urbana;

II - construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social;

III - construção de centros integrados nas áreas de esporte e lazer;

IV - saneamento básico;

V - aquisição de equipamentos e veículos destinados às atividades finalísticas dos serviços de saúde e educação públicas; e

VI - máquinas e equipamentos rodoviários novos, fabricados no território nacional, destinados às atividades operacionais do Poder Executivo municipal.

§ 1º Para serem contemplados com os recursos do FUNDAM, os Municípios interessados deverão comprovar o atendimento das condições constitucionais e legais exigidas para recebimento de transferências voluntárias, observado o disposto no § 3º do art. 25 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, quanto aos investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 2º As máquinas, os equipamentos ou os veículos adquiridos com os recursos do FUNDAM deverão ser devidamente inventariados e identificados externamente como de propriedade do Município adquirente, não podendo ser objeto de comodato ou concessão gratuita de uso de bem público.

§ 3º Os recursos do FUNDAM deverão ser aplicados exclusivamente em despesas de capital.

§ 4º A aplicação dos recursos do FUNDAM não estará sujeita ao disposto no art. 79 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.

Art. 5º Os recursos do FUNDAM serão movimentados em conta-corrente específica aberta em instituição financeira oficial.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), criar e extinguir unidade orçamentária e abrir crédito especial para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 184/2013

Altera a Lei nº 4.336, de 1969, que declara de utilidade pública a Fundação Universitária de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 4.336, de 5 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Fundação Educacional de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional de Criciúma, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 328/2011

Dispõe sobre a aquisição de arroz parboilizado, em caráter preferencial, para a merenda escolar e outros integrantes do mercado institucional.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Os órgãos de licitação de alimentos do Estado de Santa Catarina deverão ser orientados, quando do processo para aquisição de arroz, a optar pelo subgrupo arroz parboilizado.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo estende-se aos processos de aquisição de alimentos preparados que levam arroz.

§ 2º No caso da não oferta de arroz parboilizado, poderá ser adquirido o arroz do subgrupo polido, dentro da mesma exigência de tipificação.

§ 3º Poderá também ser adquirido o arroz do subgrupo polido, do mesmo tipo, no caso em que o preço ofertado para o arroz do subgrupo parboilizado for superior.

Art. 2º Os participantes de licitação para a aquisição de arroz do subgrupo parboilizado deverão, além das demais obrigações vigentes, apresentar laudo de avaliação técnica de habilitação do produto, envolvendo processos em insumos, emitidos por órgão, entidade ou empresa comprovadamente qualificados para tal.

Parágrafo único. Os critérios de avaliação técnica citados no *caput* deste artigo serão definidos por órgãos especializados do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 341/2011

A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº 0341.8/2011 passam a ter a seguinte redação:

"Denomina Aci Ferreira de Oliveira a Rodovia SC-415 - trecho Entroncamento BR-280 - Balneário Barra do Sul.

Art. 1º Fica denominada Aci Ferreira de Oliveira a Rodovia SC-415, trecho Entroncamento BR-280, Balneário Barra do Sul."

Sala da Comissão,

Deputado Reno Caramori

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 05/06/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 11/06/13

#### EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 341/2011

Na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 341/2011:

Onde se lê: ... Rodovia SC-495...

Leia-se: ...Rodovia SC-415...

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

#### JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final à nova nomenclatura estabelecida pelo Decreto nº 759, de 2011, que aprova o Plano Rodoviário Estadual.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 341/2011

Denomina Aci Ferreira de Oliveira a Rodovia SC-415 - trecho entroncamento BR-280 - Balneário Barra do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica denominada Aci Ferreira de Oliveira a Rodovia SC-415, trecho entroncamento BR-280, Balneário Barra do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*